

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT**
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2026**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**INTERESSADO:****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT****OBJETO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO DISTRITO TUPÃ, NO MUNICÍPIO DE BRASNORTE/MT, INCLUINDO O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA QUALIFICADA, EQUIPAMENTOS, INSUMOS, CONTROLE TECNOLÓGICO DA OBRA, CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS E EXECUÇÃO CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. A IMPLANTAÇÃO DO REFERIDO ESPAÇO PÚBLICO TEM POR FINALIDADE DISPONIBILIZAR LOCAL ADEQUADO, SEGURO E ACESSÍVEL PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS, CONTRIBUINDO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, DO LAZER E DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE. A CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO Nº 09032024-074297/2024, VINCULADO AO PROGRAMA Nº 09032024, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202442970002, DESTINADA AO MUNICÍPIO DE BRASNORTE/MT PELA DEPUTADA AMÁLIA BARROS.

TIPO DE JULGAMENTO:**MENOR PREÇO GLOBAL****DATA DA SESSÃO:****15 DE MAIO DE 2026 ÀS 09:00H (BRASÍLIA)****FORMA DE REALIZAÇÃO:****ELETRÔNICA****LOCAL DA SESSÃO****PLATAFORMA: www.licitanet.com.br****REGIME DE EXECUÇÃO:****INDIRETA POR EMPREITADA GLOBAL****AMPARO LEGAL:****Regido pela Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.**

Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço <https://www.brasnorte.mt.gov.br/> (aba: licitações) partir da data de sua publicação; e na Plataforma LICITANET, no endereço <https://portal.licitanet.com.br/concorrencias>
Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Comissão de Contratação, Fone: (66) 98408-0143, e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br





CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRONICA Nº 002/2026
MUNICÍPIO DE BRASNORTE-MT

EDITAL

O MUNICÍPIO DE BRASNORTE-MT, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e alterações, DA LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 15 de maio de 2026

Horário: 09:00 horas da manhã (horário de Brasília)

Local: Plataforma: www.licitanet.com.br

Critério de Julgamento: menor preço global

Modo de disputa: aberto

Regime de Execução: indireta

1. DO OBJETO.

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de uma Quadra Poliesportiva na Comunidade Tupan, no Município de Brasnorte/MT, incluindo o fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, insumos, controle tecnológico da obra, cumprimento das normas técnicas vigentes, gestão adequada de resíduos e execução conforme projetos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas. A implantação do referido espaço público tem por finalidade disponibilizar local adequado, seguro e acessível para a prática de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde, do lazer e da integração social da comunidade. A contratação será realizada no âmbito do Plano de Ação nº 09032024-**





074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002, destinada ao Município de Brasnorte/MT pela Deputada Amália Barros, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Fazem parte integrante deste edital o projeto básico, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, e planilhas orçamentarias.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço Global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA OBRA:** R\$ 538.553,14 (Quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

1.4. A licitação será realizada em lote único, conforme planilha constante no Projeto Básico devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

✓ Dotação: **Secretaria Municipal de Esporte;**

Programática:

Dotação: 10.002.27.812.0011.10120.4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso a plataforma Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

3.1.1. A licitante que tiver o interesse em participar por procurador credenciado ou empresa associada à LICITANET deverá nomear por meio do instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br

3.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em





qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

3.3. A participação da licitante no pregão eletrônico, seja por participação direta ou por meio de empresas cadastrada à LICITANET, deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

4.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na Plataforma.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).





4.3. Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.5 Da participação de ME e EPP

4.5.1 As licitantes enquadradas como ME, EPP ou MEI deverão apresentar declaração de enquadramento no momento da habilitação, sob as penas da lei.

4.5.2 Será assegurado às ME/EPP o direito de apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que contenha alguma restrição, hipótese em que será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito, conforme legislação vigente.



4.5.3 Nas licitações em que o critério de julgamento seja o menor preço ou maior desconto, será assegurada preferência de contratação às ME/EPP quando ocorrer empate ficto.

4.5.3.1 Considera-se empate ficto quando a proposta apresentada por ME/EPP seja igual ou até **10% superior** à proposta mais bem classificada.

4.5.4 A ME/EPP mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo estabelecido pela agente de contratação.

4.5.5 Não havendo apresentação de nova proposta, serão convocadas as demais ME/EPP remanescentes que se enquadrem na condição de empate, na ordem classificatória.

4.5.6 Prioridade regional conforme previsto no Decreto Municipal 099/2025

4.5.6.1 Poderá ser aplicado o critério de prioridade para contratação de ME/EPP sediadas local ou regionalmente, quando previsto no instrumento convocatório e justificado no processo administrativo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus

decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item que compõe a planilha orçamentária, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, e Planilha Orçamentária.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.4. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.5. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.5.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;





6.5.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.6. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao Agente de Contratação ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 DIAS, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que não identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)**.



7.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, no www.licitanet.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





7.20. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





7.24.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes fontes: Planilha SINAP, SICRO no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.9. Deverá ser apresentado junto a proposta de preços:

8.9.1. Composições de Preços Unitários, em conformidade com o orçamento apresentado pela Prefeitura Municipal de BRASNORTE-MT, preenchendo os campos destinados aos preços unitários propostos em REAIS, em algarismo e por extenso, calculados os preços parciais e totais. O licitante deverá propor um único preço unitário para cada tipo de tarefa ou serviço, caso contrário a Comissão de Licitação recalculará a Proposta, adotando sempre o menor preço apurado. Nenhum preço unitário das planilhas poderá ser superior aos propostos pela Prefeitura Municipal de BRASNORTE-MT.

8.9.2. Quadro de Detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI), adotados pela concorrente;

8.9.3. Cronograma físico-financeiro;

8.9.4. Orçamento Sintético e Analítico;

8.10. Todos os impostos, taxas e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciário incidente sobre os serviços propostos pela licitante deverão estar incluídos no preço total da proposta;

8.11. Os preços propostos deverão incluir todos os custos necessários à realização do objeto desta licitação, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários e comerciais, emolumentos, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) do contrato.

8.12. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o Agente de Contratação determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha.

8.13. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.14. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.15. O Agente de Contratação analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos serviços envolvidos na contratação.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16.3. O Agente de Contratação deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.19. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

8.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.21. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.22.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL LICITANET, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:





9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Plataforma www.licitanet.com.br em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes da Plataforma www.licitanet.com.br para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CNDs e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará



condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da





Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.10.8. Declaração de que empresa atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99); A(Razão Social da empresa), CNPJ, com endereço à....., declara que: Que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (se for o caso) nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil;

9.10.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.





9.10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.11.1.1. Caso a Certidão seja Positiva de Recuperação, deverá a empresa apresentar a comprovação que seu Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

ATENÇÃO: Senhores licitantes, ao solicitar as Certidões de Falência e Concordata, ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, perante o Poder Judiciário do Estado De Mato Grosso, devem ser selecionadas as opções AUTOR e RÉU, para o cumprimento do Art. 69, II da Lei nº 14.133/2021. Para os licitantes dos demais estados, caso não contenha os termos acima, deverão certificar que as certidões expedidas em suas comarcas atestam a inexistência de ações de Falência e Concordata movidas ou em desfavor da empresa solicitante. Podendo o Agente de Contratação realizar diligência a fim de verificar o atendimento da Lei Federal nº 14.133/2021, em vistas do art. 97 da Lei nº 11.101/05.

9.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos** exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou



balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.3.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.3.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.11.3.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11.6. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido

de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.11.7. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

9.11.8. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.12.1. Quanto à capacitação técnico-operacional: Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (conselho de Arquitetura e urbanismo) em plena validade;

9.12.1.1. Caso o registro da licitante seja de outro Estado, o licitante deverá providenciar a regularização antes do início da execução dos serviços perante o CREA/MT ou Conselho Profissional competente.

9.12.1.2. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.12.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características,

quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

9.12.2.1. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução dos serviços análogos ao ora licitado.

9.12.2.1. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

9.12.2.2. Nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, endereço completo da obra, data de início e conclusão da obra, nome e título do(s) responsável (is) técnico(s), n.º do CREA/CAU do(s) responsável(is) técnico(s), descrição dos serviços executados e suas quantidades, número da ART/RRT e número do contrato ou documento equivalente que tenha gerado a obra.

9.12.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.12.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.12.4.1. Para o Engenheiro Civil.

9.12.4.1.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.12.5. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.12.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.13. COMPROVAÇÃO DE ACERVO

9.13.1. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos para Comprovação de Serviços já executados, requisitos mínimos estes Exigidos o objeto desta licitação.

9.13.2. A empresa participante do certame devesse comprovar à Capacitação Técnico-Operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante e Comprovação Da Capacitação Técnico-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, sendo exigida a execução mínima de 40% (quarenta por cento) da quantidade de piso previstos, abrangendo as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto da licitação.

9.14. VISTORIA DA OBRA

9.14.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.14.1.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e



que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

- a) O Licitante poderá a seu critério realizar ou não visita técnica no local da obra, sendo recomendado o conhecimento do local.
- b) O licitante que optar por realizar a visita técnica, deverá apresentar DECLARAÇÃO assinada pelo responsável legal da empresa de que conhece o local onde serão executados os serviços, tendo pleno conhecimento das condições e da natureza dos serviços a que se propõe, sendo recomendada a juntada da declaração nos autos do processo licitatório.
- c) O licitante que optar por não realizar a Visita Técnica, deverá emitir uma DECLARAÇÃO, de que conhece todas as condições existentes inerente a execução do Objeto, tornando-se responsável por todos os ônus que vierem a ocorrer pelo não conhecimento prévio do local, assumindo que tem totais condições de realizar/executar os serviços ora pretendidos, sem prejuízo algum na sua efetiva execução, sendo recomendada a juntada da Declaração nos autos do processo licitatório.
- d) A licitante não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo ao serviço.
- e) O Licitante poderá solicitar informações do projeto com a equipe técnica mediante prévio agendamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 4 (quatro) HORAS a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Apresentar a planilha orçamentaria, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a planilha orçamentaria anexo a este Edital;

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.





10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Deverá ser apresentado junto a proposta de preços:

10.3.1. Composição de Preços Unitários, em conformidade com o orçamento apresentado pela Prefeitura Municipal de BRASNORTE-MT, preenchendo os campos destinados aos preços unitários propostos em REAIS, em algarismo e por extenso, calculados os preços parciais e totais. O licitante deverá propor um único preço unitário para cada tipo de tarefa ou serviço, caso contrário a Comissão de Licitação recalculará a Proposta, adotando sempre o menor preço apurado. Nenhum preço unitário das planilhas poderá ser superior aos propostos pela Prefeitura Municipal de BRASNORTE-MT.

10.3.2. Quadro de Detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI), adotados pela concorrente;

10.3.3. Cronograma físico-financeiro;

10.3.4. Orçamento Sintético e Analítico;

10.4. Todos os impostos, taxas e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciário incidente sobre os serviços propostos pela licitante deverão estar incluídos no preço total da proposta;

10.5. Os preços propostos deverão incluir todos os custos necessários à realização do objeto desta licitação, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários e comerciais, emolumentos, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) do contrato.

10.6. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



10.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DA PLATAFORMA LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudica e homologa a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Para a execução de contrato objeto desta Licitação será exigida de garantia de execução no percentual de 5% nos termos do art. 96 da Lei 14133/2021.

14.1.1. Na prestação da garantia de execução caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

14.1.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.1.3. A Contratada deverá apresentar a garantia de execução no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, quando optar pela modalidade seguro garantia.



14.1.4. Caso opte pela prestação de garantia prevista nos incisos I ou III do item 14.1.1., deverá prestá-la no prazo de 10 (dez) dias, contado da homologação e antes da assinatura do contrato.

14.2. Quando a garantia prestada for na modalidade de seguro-garantia o objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, com observância do seguinte:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

14.3. A Garantia de execução será prestada junto a Contratante, antes da assinatura do contrato, com anuência do fiscal de contrato e secretário demandante.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Minuta contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. Os preços contratuais serão reajustados de acordo com os Índices Nacional da Construção Civil – INCC.

16.2. Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

16.3. O reajustamento será devido do primeiro dia do mês do ano seguinte ao do orçamento da administração (OT 028/2015/CGE/MT e Acórdão TCU 1.707/2013).

16.4. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração (OT 028/2015/CGE/MT).

16.5. Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

16.6. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

16.7. A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

16.8. Considerando que o orçamento de referência desta obra é baseado no SINAPI/SICRO, que consiste no sistema de custos oficial, as medições de reajustamento deverão ter como base de cálculo os índices setoriais, neste caso o INCC.

17 – ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

17.1. Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, desde que o contratado não tenha dado causa, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA (Índice



de Preços ao Consumidor Amplo Especial), desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

18 – DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

18.1. O contrato regido por este edital poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art.124 da Lei Federal n.14.133/2021.

18.2. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.2.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

18.2.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

18.2.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1. Do Recebimento da Obra

19.1.2. O recebimento da obra deverá observar o disposto nos artigos 140, seus incisos e parágrafos da Lei nº 14.133/2021:

19.2 Recebimento Provisório

19.2.1. Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e mediante protocolo à Contratante, solicitando o recebimento provisório da obra.

19.2.2. A Contratante, após vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, procederá o Recebimento Provisório, em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

19.2.3. Após a vistoria, constatados defeitos ou inconsistências nos serviços, a fiscalização rejeitará no todo ou em parte, conforme o caso, e reduzirá a termo o ocorrido, comunicando oficialmente a CONTRATADA, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e



estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes às suas custas, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.3.1. Não sendo sanadas as irregularidades pela CONTRATADA, o fiscal do contrato encaminhará o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

19.2.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art.140 da Lei nº 14133, de 2021).

19.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.2.6. A CONTRATADA deverá elaborar, ao final da obra, o relatório Final da Obra, inclusive o Projeto “As Built”, de acordo com modelo vigente para Apresentação de relatórios e em conformidade com as demais normas que forem pertinentes.

19.3. Recebimento Definitivo

19.3.1. Na segunda etapa, após a conclusão das correções e complementações, e nova vistoria com relatório detalhado por servidor ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, designada pela autoridade competente, não persistindo mais nenhuma inconformidade na obra e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato, será realizado o Recebimento Definitivo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

19.3.1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

19.3.2. O recebimento definitivo somente será efetivado pela Contratante após a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

19.3.3. A CONTRATADA deverá retirar em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e

instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

19.3.4. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

19.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.3.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

19.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.3.8. O recebimento definitivo pela Contratante não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil do projeto de cada estrutura.

19.3.8.1. A CONTRATADA deverá dar garantia contratual dos serviços pelo prazo de 05(cinco) anos, a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo da obra.

19.3.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os serviços e equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo operacional para a CONTRATANTE.

19.3.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria CONTRATADA.



19.3.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços prestados, compreendendo a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

19.3.8.5. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos serviços que apresentarem vício ou defeito, devendo iniciar a reparação ou substituição em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

19.3.8.6. O empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do artigo 618 do código civil - Lei Nº 10.406/2002.

19.4. DA FISCALIZAÇÃO

19.4.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação da ordem de serviço e como se dará a fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto.

19.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, os quais são designados pela Portaria nº 078/2025, a saber:

19.7. Ao fiscal técnico do contrato, auxiliado pela fiscalização administrativa setorial e pelo público usuário, compete um conjunto de ações que objetivam:

- I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela CONTRATANTE para os serviços contratados;
- II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;
- III - prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos ou gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e
- IV - encaminhar ao setor de contratos ou gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto do contrato.

19.8. O fiscal técnico do contrato:

- a. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerirá as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, rejeitará os serviços executados em desacordo com as especificações do objeto contratado e informará ao gestor do contrato de ofício ou a requerimento;
- b. solicitará à CONTRATADA os documentos exigidos para a prestação do serviço, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis, determinando prazo para atendimento;
- c. informará às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;
- d. elaborará relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
- e. receberá cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta

da CONTRATADA/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

f. Fornecerá ou colocará à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à boa e regular execução do Contrato, esclarecendo dúvidas e transmitindo instruções à CONTRATADA;

g. Solicitará que seja feito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, Edital e seus anexos independentemente de sua transcrição.

h. Fornecerá atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

i. Notificará a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

19.9. O fiscal do contrato realizará a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento e, após o ateste, encaminhará ao gestor de contrato para ratificação.

19.10. Caberá ao fiscal do contrato verificar periodicamente, de acordo com a natureza do objeto do contrato, a manutenção de todas as condições de habilitação, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital, devendo requerer da CONTRATADA, as certidões necessárias para tanto a cada 90 (noventa) dias.

19.11. O fiscal administrativo do contrato acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

19.11.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

19.12. Ocorrendo situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, o fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.13. Identificadas quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato.





19.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

19.15. Quando necessário, o gestor do contrato convocará e coordenará reuniões, registradas em ata, com a participação da CONTRATADA e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.

19.16. O gestor do contrato acompanhará a execução do cronograma físico-financeiro, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos.

19.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, laborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.18. Os prazos de vigência e execução dos contratos serão observados pelo gestor do contrato, que tomará as medidas necessárias para que sejam executados conforme a CONTRATADA, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e planejamento orçamentário e financeiro.

19.19. O gestor do contrato decidirá sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, bem como sobre a suspensão da obra, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

19.20. Caberá igualmente ao gestor do contrato, negociar com a CONTRATADA as condições contratuais quando necessário, bem como decidir quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos.

19.21. Os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, serão acompanhados pelo gestor do contrato que informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, se for o caso.

19.22. Em caso de descumprimento contratual ou fraude na sua execução, deverá o gestor do contrato tomar as providências para sua apuração.



19.23. As informações relativas à execução do contrato deverão ser inseridas pelo fiscal do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência, e será acompanhada pelo gestor, a quem competirá exigir a tempestividade dos lançamentos.

19.24. Os processos de pagamento, após a devida instrução e atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, serão encaminhados pelo gestor do contrato ao setor competente.

19.25. O gestor do contrato deverá constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

19.26. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.27. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1. Constitui obrigações da Contratante e Contratada as descritas neste item:

20.1.1 DA CONTRATADA

I. Compete à contratada executar integralmente o objeto contratado, de forma eficiente, segura e contínua, em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o contrato, observando rigorosamente os prazos, padrões de qualidade e requisitos técnicos estabelecidos, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo as obrigações a seguir dispostas:



II. É obrigação da contratada disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à perfeita execução da obra, assegurando que os materiais empregados sejam novos, de boa procedência e compatíveis com as normas técnicas vigentes, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as exigências de desempenho, durabilidade e segurança previstas para edificações públicas;

III. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação aplicável à execução de obras de engenharia, incluindo normas técnicas, ambientais, urbanísticas, sanitárias e de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela adoção de medidas preventivas e corretivas destinadas à preservação da integridade física dos trabalhadores, de terceiros e do patrimônio público e privado, bem como pelo correto gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução;

IV. Constitui obrigação da contratada responder integralmente por quaisquer danos, vícios, falhas, imperfeições ou desconformidades decorrentes da execução dos serviços, promovendo, às suas expensas, as correções, substituições, adequações ou retrabalhos necessários, sempre que constatados pela fiscalização ou verificados no curso do recebimento provisório ou definitivo da obra;

V. A contratada deverá manter comunicação formal, clara e tempestiva com a Administração, informando imediatamente a ocorrência de fatos relevantes, intercorrências técnicas, riscos à execução, atrasos ou situações que possam comprometer o cumprimento do contrato, submetendo previamente à análise da fiscalização quaisquer propostas de ajustes ou adequações técnicas;

VI. É dever da contratada manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, inclusive no que se refere à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e à habilitação técnica de seus responsáveis legais e técnicos, comunicando prontamente à Administração qualquer alteração que possa impactar essas condições;

VII. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, registros fotográficos, laudos, ensaios, documentos de controle tecnológico, medições e demais evidências necessárias à comprovação da correta execução dos





serviços e ao acompanhamento da evolução física da obra, cooperando integralmente com a fiscalização designada pela contratante;

VIII. Todas as despesas operacionais inerentes à execução do objeto, tais como mobilização, desmobilização, hospedagens, alimentação, transporte de equipes, transporte de materiais, consumo de insumos, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e securitários, bem como custos indiretos necessários à execução da obra, correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração;

IX. Fornecer toda a mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos e estruturas provisórias necessários à execução integral do objeto, garantindo desempenho e durabilidade compatíveis com as normas da ABNT e requisitos do Sistema CONFEA/CREA;

X. Assegurar o cumprimento irrestrito das legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis, incluindo normas regulamentadoras de segurança do trabalho, ambientais e de responsabilidade técnica;

XI. Responder por quaisquer danos causados ao patrimônio público, privado ou ao meio ambiente, decorrentes de atos ou omissões na execução dos serviços, adotando de imediato as ações corretivas necessárias;

XII. Realizar correções, substituições e retrabalhos, às suas expensas, sempre que houver desconformidades, falhas, vícios ou serviços executados em desacordo com os padrões exigidos, independentemente da etapa em que forem identificados;

XIII. Cumprir os prazos contratuais, assegurar a continuidade dos serviços e manter ritmo compatível com o cronograma aprovado, informando previamente qualquer ocorrência que possa comprometer a execução;

XIV. Manter atualizadas todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência contratual, incluindo registros profissionais, certidões, atestados e documentos obrigatórios;

XV. Disponibilizar documentos, relatórios, registros fotográficos, diário de obra, notas de controle tecnológico e demais evidências de execução sempre que solicitados pela fiscalização ou autoridade competente;

XVI. Cooperar integralmente com os agentes de fiscalização designados, garantindo acesso irrestrito ao canteiro, fornecendo informações precisas e acatando determinações técnicas;





XVII. Custear todas as despesas operacionais que lhe sejam atribuídas, incluindo mobilização, canteiro, equipamentos, transporte, armazenamento, segurança, sinalização, resíduos e demais encargos inerentes à execução;

XVIII. Manter ambiente de trabalho seguro, organizado e sinalizado, adotando medidas preventivas, uso de EPIs e práticas que preservem integridade física dos trabalhadores e das operações do local;

XIX. A contratada deverá executar o objeto de forma a assegurar a entrega da obra em plenas condições de uso, funcionalidade e segurança, atendendo às finalidades públicas previstas, às exigências do **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, e aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, garantindo a obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração Pública;

XX. Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal;

XXI. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura;

XXII. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

XXIII. Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município;

XXIV. Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações;

XXV. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023;



XXVI. A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea “a” da resolução CGSN nº 140/2018;

XXVII. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.2. DA CONTRATANTE

Compete à Contratante, no âmbito de suas atribuições legais e administrativas, adotar todas as providências necessárias para assegurar a adequada execução do objeto contratado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Estudo Técnico Preliminar e com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato a seguir:

20.2.1 Cabe à Administração promover a publicação do edital e dos atos correlatos, garantindo a ampla publicidade, transparência e legalidade do procedimento licitatório;

20.2.2 É obrigação da Contratante fornecer à contratada todas as informações técnicas, projetos, memoriais descritivos, especificações, autorizações e demais documentos indispensáveis ao correto entendimento e execução da obra, bem como assegurar o acesso regular ao local de execução dos serviços, adotando as medidas necessárias para viabilizar a mobilização e o desenvolvimento das atividades contratadas;

20.2.3 Quando aplicável, deverá disponibilizar as condições mínimas de infraestrutura sob sua responsabilidade, compatíveis com a execução do objeto;

20.2.4 A Contratante deverá designar formalmente fiscal ou comissão de fiscalização do contrato, responsável pelo acompanhamento sistemático da execução, verificação da conformidade dos serviços com os projetos e

especificações, análise das medições apresentadas e registro de ocorrências relevantes;

20.2.5 Compete-lhe analisar, validar ou rejeitar as medições, relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios apresentados, promovendo os ajustes necessários sempre que identificadas inconsistências ou inconformidades;

20.2.6 É dever da Administração proceder à análise e manifestação tempestiva sobre solicitações técnicas, pedidos de esclarecimento, ajustes ou adequações decorrentes da execução contratual, assegurando a continuidade dos serviços e evitando paralisações indevidas;

20.2.7 Também deverá formalizar os atos de recebimento provisório e definitivo da obra, após as verificações técnicas cabíveis, observados os prazos e critérios estabelecidos no contrato;

20.2.8 A Contratante deverá garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas decorrentes do contrato, promovendo os pagamentos devidos dentro dos prazos pactuados, desde que atendidas as condições de medição, ateste e aceitação dos serviços;

20.2.9 Compete-lhe, ainda, adotar as providências administrativas e legais necessárias em caso de descumprimento contratual, aplicando as sanções previstas, quando cabíveis, sempre mediante motivação e observância do devido processo legal;

20.2.10 Incumbe à Contratante zelar pelo fiel cumprimento das condições contratuais, pelo atendimento às exigências do **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, e pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, assegurando que a contratação alcance os resultados pretendidos e produza benefícios efetivos à coletividade;

20.2.11 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

20.2.12 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

20.2.13 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;





- 20.2.14 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;
- 20.2.15 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 20.2.16 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;
- 20.2.17 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 20.2.18 Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 20.2.19 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 20.2.20 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;
- 20.2.21 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 20.2.22 Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contento;
- 20.2.23 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 20.2.24 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 20.2.25 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;





20.2.26 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

21. DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO.

21.1.1 A medição da execução do objeto contratado será realizada de forma sistemática, objetiva e transparente, com base no cronograma físico-financeiro aprovado, nos projetos, memoriais descritivos e nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar. A finalidade da medição é comprovar a efetiva execução dos serviços de engenharia, assegurando que os pagamentos correspondam exclusivamente às etapas concluídas, aceitas e atestadas pela Administração, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, controle e motivação dos atos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021;

21.1.2 As medições serão realizadas de forma periódica, preferencialmente mensal, considerando o avanço físico real da obra em relação às etapas previstas no cronograma físico-financeiro. Cada medição deverá refletir exclusivamente os serviços efetivamente executados no período de referência, observada a compatibilidade entre os quantitativos medidos, as unidades de medida previstas em projeto e os valores contratados. Não serão admitidas medições estimadas, presumidas ou desacompanhadas de comprovação técnica adequada;

21.1.3 A aferição dos serviços executados será realizada por meio de vistoria in loco, conferência física dos elementos construtivos, análise dos registros fotográficos, verificação de relatórios técnicos, laudos de controle tecnológico, resultados de ensaios e testes, bem como pela confrontação com os projetos executivos e memoriais descritivos. Os documentos comprobatórios deverão evidenciar a conformidade dos materiais empregados, a correta execução das etapas construtivas e o atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT;

21.1.4 A fiscalização designada pela Administração será responsável pela análise, validação e ateste das medições apresentadas, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes ou correções sempre que identificadas divergências entre os serviços medidos e os efetivamente executados. Constatadas inconformidades técnicas, falhas de execução ou descumprimento de especificações, a medição correspondente poderá ser glosada, parcial ou integralmente, até a regularização dos serviços, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis;

21.1.5 O recebimento provisório da obra ocorrerá após a conclusão integral dos serviços previstos no contrato, mediante vistoria técnica detalhada e verificação do atendimento aos critérios de qualidade, segurança, funcionalidade e desempenho. O recebimento definitivo será formalizado após o prazo de observação previsto contratualmente, desde que não sejam identificados vícios, falhas ou pendências que comprometam o uso adequado da edificação. Os critérios de medição adotados garantem o controle efetivo da execução contratual, a rastreabilidade das informações e a correta aplicação dos recursos públicos, em alinhamento com o Termo de Convênio nº 2050-2025 e com o interesse público municipal.

21.1.6 Tabela de Referência para Medição e Aferição dos Serviços



Etapa / Serviço	Unidade de Medida	Método de Verificação	Documento Comprobatório
Preparação do terreno e serviços preliminares	m ² ou %	Conferência física da área executada	Boletim de medição, registro fotográfico e diário de obra
Infraestrutura e base da quadra	m ² ou m ³	Verificação dimensional e conferência de materiais	Relatório técnico e controle tecnológico
Execução do piso da quadra poliesportiva	m ²	Conferência da área executada e nivelamento	Relatório de execução, fotos e inspeção técnica
Demarcação esportiva	m ² ou conjunto	Verificação visual e conferência com projeto	Registro fotográfico e relatório da fiscalização
Instalações complementares (alambrado, drenagem, iluminação, quando aplicável)	unidade ou m	Conferência física e funcionalidade dos sistemas	Relatório técnico e vistoria da fiscalização
Serviços finais e acabamento	% da etapa	Inspeção técnica e verificação de conformidade	Termo de vistoria e boletim de medição

21.2 FORMA DE PAGAMENTO:

21.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

21.1.2. Adicionalmente, o boleto para pagamento também poderá ser encaminhado para o endereço pré-estabelecido, conforme ciclo e vencimento determinados para o contrato;

21.2.3 O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas neste instrumento serão verificadas pela área administrativa da Prefeitura Municipal de Brasnorte;

21.2.4 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato;

21.1.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.3 Liquidação

21.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação.

21.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;



- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- termos de recebimento com OK do fiscal de contrato.

21.3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.3.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.3.5 A Administração poderá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público).

21.3.6 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.3.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.3.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.3.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

21.4 Prazo de pagamento

21.4.1 O pagamento à contratada será realizado conforme medições, condicionado à entrega dos serviços devidamente executados, à apresentação da respectiva nota fiscal e ao atesto da fiscalização, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

21.4.2 A medição considerará os serviços efetivamente prestados no período, não sendo devido qualquer pagamento antecipado;

21.4.3 O prazo para liquidação e pagamento obedecerá às normas financeiras e orçamentárias do Município de Brasnorte, observados os prazos estabelecidos na legislação aplicável;



21.4.4 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa;

21.4.5 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

22.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

22.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

22.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura Municipal a saber sítio <https://www.brasnorte.mt.gov.br/> e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

22.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

23.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na Plataforma da LICITANET.

23.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal da transparência no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

23.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.brasnorte.mt.gov.br/> sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

23.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).



24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata na Plataforma da LICITANET, e site da entidade <https://www.brasnorte.mt.gov.br/>.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.12. A Prefeitura Municipal de BRASNORTE-MT, poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.12.1. A anulação da Concorrência induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.14. Para fins de notificação referente a execução contratual desta licitação, será adotada como meio de comunicação o e-mail a ser fornecido pela contratada, a qual se compromete em mantê-lo atualizado e ativo, sendo que após o envio das notificações em caso de não confirmação de recebimento após cinco dias úteis será considerado como leitura automática.

24.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: na Plataforma da LICITANET e site <https://www.brasnorte.mt.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Prefeitura Municipal no endereço Rua Naor Ferrari, n.º 1080 – Centro – BRASNORTE-MT – CEP 78.350-000, nos dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00 horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.





24.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO CARTA PROPOSTA

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO IX – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E MAPA DE RISCO

ANEXO X – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO XI – PROJETO BASICO, PLANILHA ORCAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO

BRASNORTE-MT 28 de abril de 2026.

Agmar Antônio de Carvalho
Secretário Municipal de Esportes
Portaria: 024/2025





ANEXO I
MODELO CARTA PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

RAZÃO

SOCIAL:

CNPJ/MF: _____

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026

REALIZAÇÃO: __/__/20__, HORA: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de uma Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, no Município de Brasnorte/MT, incluindo o fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, insumos, controle tecnológico da obra, cumprimento das normas técnicas vigentes, gestão adequada de resíduos e execução conforme projetos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas. A implantação do referido espaço público tem por finalidade disponibilizar local adequado, seguro e acessível para a prática de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde, do lazer e da integração social da comunidade. A contratação será realizada no âmbito do Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002, destinada ao Município de Brasnorte/MT pela Deputada Amália Barros,

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, (___razão social, CNPJ (MF), endereço da proponente___), abaixo-assinados, apresentamos a presente proposta para A EXECUÇÃO DA MENCIONADA (___OBRA OU SERVIÇO___), assim discriminados:

Confere o valor global em R\$ _____ (___valor por extenso___)





Informo que estão inclusos todos os materiais e serviços, de conformidade com o Edital mencionado, pelo valor apresentado na Planilha de Preços (preço da proposta em algarismo e por extenso), já inclusos todos os custos, lucros e encargos fiscais.

Encontram-se inclusos nos preços ofertados todas as despesas da obra e dos serviços e encargos, quando existirem: todos os materiais, equipamentos e ferramentas, administração local e central, controle tecnológico de qualidade e testes das obras que forem necessários, mão de obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho e outros fenômenos da natureza, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a obra, sem direito a repasse à Secretaria de Infraestrutura, custos e lucro, bem como dissídios e acordos coletivos, vigentes na data da proposta.

O prazo de execução do(s) (___serviço(s) ou obra(s)___) será de _____ dias consecutivos.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data final prevista para sua entrega.

Esclarecemos que todos os impostos, taxas e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários incidente sobre os serviços propostos estão incluídos no preço total da proposta.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

_____, ____ de _____ de 20__.

Nome do Responsável Legal pela Proponente

Assinatura do Responsável Legal pela Proponente

Endereço e telefone para contato





ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES

**ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0_-/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2026**

À

----- ÓRGÃO LICITANTE

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

-----, PORTADOR DO RG -----,
ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA
PROPONENTE, -----, CNPJ -----
----, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ
INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO
ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES
QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE
DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO
DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE
FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE
COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20__.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)





**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII,
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00x/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00x/2026**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR
INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A)
....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº
..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO
INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE
DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO
EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA
CONDIÇÃO DE APRENDIZ () .

..... (DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)





**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE
DE PROPOSTA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00x/2026**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE -----
-----), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE
(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO
EDITAL DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0_/2026, DECLARA,
SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL
BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 00_/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE
(PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU
EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU
RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO
DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026, POR QUALQUER MEIO OU
POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA
PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0_/2026. NÃO FOI
INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO
PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nº 00_/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA,
INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU
DE FATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026. QUANTO A
PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;





D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026. NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 20__.

REPRESENTANTE LEGAL





ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00x/2026**

(AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE).

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº,
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O
SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE
Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO
MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E
MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO
NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20__.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)





**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026**

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ
Nº....., LOCALIZADA À, DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO
MUNICÍPIO DE BRASNORTE-MT – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00_/2026.

....., DE DE 20__.

REPRESENTANTE LEGAL





ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI *** ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA ***

O MUNICÍPIO DE _____-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, s_____ - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal _____, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à _____ - MT, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº xxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a _____, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE:	
E-MAIL:	TEL.: ()





lote	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2.1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1.1. O prazo de vigência contratual será de xxxx (xxxx) xxx, contados da publicação do extrato do contrato. Prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

2.2.1. O prazo de execução da obra será de ____ (____) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado nas hipóteses e limites previstos na legislação vigente e no edital do certame.

2.2.2. A Ordem de Início dos Serviços será emitida pela Autoridade Competente, acompanhada do fiscal técnico designado pelo Município, após o atendimento das condições necessárias para o início da execução contratual, salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente justificados, hipótese em que o prazo de execução poderá ser prorrogado mediante formalização administrativa.

2.2.3. Eventual suspensão da execução da obra, devidamente formalizada pela Administração, implicará a correspondente suspensão dos prazos de execução e de vigência contratual, pelo período necessário à superação das causas que motivaram a paralisação.

2.2.4. Durante o período de suspensão, poderão ser formalizados termos aditivos destinados à adequação orçamentária, reprogramação do cronograma físico-financeiro e prorrogação da vigência contratual, quando devidamente justificados.

2.2.5. Enquanto não emitida a Ordem de Início dos Serviços, o contrato permanecerá vigente, porém com os prazos de execução suspensos, não sendo exigível da contratada o início das atividades até a autorização formal da Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.





3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$** (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 202x, na classificação abaixo:

FICHA	DOTAÇÃO
XXX	XXXX

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de medições que serão realizadas conforme cronograma físico financeiro, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados, pelos respectivos preços unitários propostos. Sobre os valores obtidos serão incididos os percentuais propostos para encargos sociais, custos administrativos, remuneração da CONTRATADA e despesas fiscais.

5.2. Os pagamentos dos serviços executados mensalmente se processarão na forma de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial da CONTRATANTE e os respectivos valores propostos pela CONTRATADA, executados no período da medição, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

5.2.1. O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.





5.3. As medições serão realizadas conforme o cronograma físico financeiro e gerará o Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, onde deverá conter as informações quanto a descrição, unidade, quantidade, preço unitário e o valor a ser pago por cada serviço;

5.4. Após emissão do Boletim de Medição, será solicitada à CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal de Serviços.

5.4.1. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número do contrato, nome do banco, agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

5.5. As parcelas mensais de desembolsos por parte da CONTRATANTE ficarão limitadas aos valores previstos no Cronograma, proposto pela CONTRATADA, o qual será previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

5.6. A CONTRATADA poderá executar serviços de forma a adiantar o Cronograma Físico Financeiro contratado, desde que novo Cronograma tenha sido aprovado pela FISCALIZAÇÃO e consubstanciado em parecer oficial do setor competente pela ordenação de despesa atestando a viabilidade orçamentaria e financeira para tal.

5.7. O pagamento da última fatura não será considerado como aceitação definitiva do serviço ou obra e não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

5.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

5.8.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

5.8.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão.

5.8.3. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pela Contratante, o valor devido será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, com apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;



5.8.4. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes da CONTRATADA, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro.

5.9. Previamente ao pagamento, a Contratante deverá verificar as condições previstas no contrato.

5.10. A eventual perda das condições de que trata este item não enseja, por si, retenção de pagamento pela Contratante.

5.11. Os documentos exigidos para pagamento, para pessoas jurídicas, devem ser emitidos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ previsto no contrato, salvo quando o órgão emissor o fizer apenas no número da Matriz.

5.12. Nos casos de aplicação de penalidade em virtude de inadimplência contratual pela CONTRATADA, não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.

5.13. Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da CONTRATADA.

5.14. Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente, ou seja, somente quanto à parcela incontroversa.

5.15. As notas fiscais a serem pagas poderão sofrer desconto devido à aplicação das glosas e multas aplicadas.

5.16. Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, desde que o contratado não tenha dado causa, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

5.17 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

5.17.1 A medição da execução do objeto contratado será realizada de forma sistemática, objetiva e transparente, com base no cronograma físico-financeiro aprovado, nos projetos, memoriais descritivos e nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar. A finalidade da medição é comprovar a efetiva execução dos serviços de engenharia, assegurando que os pagamentos correspondam exclusivamente às etapas concluídas, aceitas e atestadas pela Administração, em observância aos

princípios da legalidade, eficiência, controle e motivação dos atos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021;

5.17.2 As medições serão realizadas de forma periódica, preferencialmente mensal, considerando o avanço físico real da obra em relação às etapas previstas no cronograma físico-financeiro. Cada medição deverá refletir exclusivamente os serviços efetivamente executados no período de referência, observada a compatibilidade entre os quantitativos medidos, as unidades de medida previstas em projeto e os valores contratados. Não serão admitidas medições estimadas, presumidas ou desacompanhadas de comprovação técnica adequada;

5.17.3 A aferição dos serviços executados será realizada por meio de vistoria in loco, conferência física dos elementos construtivos, análise dos registros fotográficos, verificação de relatórios técnicos, laudos de controle tecnológico, resultados de ensaios e testes, bem como pela confrontação com os projetos executivos e memoriais descritivos. Os documentos comprobatórios deverão evidenciar a conformidade dos materiais empregados, a correta execução das etapas construtivas e o atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT;

5.17.4 A fiscalização designada pela Administração será responsável pela análise, validação e ateste das medições apresentadas, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes ou correções sempre que identificadas divergências entre os serviços medidos e os efetivamente executados. Constatadas inconformidades técnicas, falhas de execução ou descumprimento de especificações, a medição correspondente poderá ser glosada, parcial ou integralmente, até a regularização dos serviços, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis;

5.17.5 O recebimento provisório da obra ocorrerá após a conclusão integral dos serviços previstos no contrato, mediante vistoria técnica detalhada e verificação do atendimento aos critérios de qualidade, segurança, funcionalidade e desempenho. O recebimento definitivo será formalizado após o prazo de observação previsto contratualmente, desde que não sejam identificados vícios, falhas ou pendências que comprometam o uso adequado da edificação. Os critérios de medição adotados garantem o controle efetivo da execução contratual, a rastreabilidade das informações e a correta aplicação dos recursos públicos, em alinhamento com o Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002 e com o interesse público municipal;



Tabela de Referência para Medição e Aferição dos Serviços

Etapas / Serviço	Unidade de Medida	Método de Verificação	Documento Comprobatório
Preparação do terreno e serviços preliminares	m ² ou %	Conferência física da área executada	Boletim de medição, registro fotográfico e diário de obra
Infraestrutura e base da quadra	m ² ou m ³	Verificação dimensional e conferência de materiais	Relatório técnico e controle tecnológico
Execução do piso da quadra poliesportiva	m ²	Conferência da área executada e nivelamento	Relatório de execução, fotos e inspeção técnica
Demarcação esportiva	m ² ou conjunto	Verificação visual e conferência com projeto	Registro fotográfico e relatório da fiscalização
Instalações complementares (alambrado, drenagem, iluminação, quando aplicável)	unidade ou m	Conferência física e funcionalidade dos sistemas	Relatório técnico e vistoria da fiscalização
Serviços finais e acabamento	% da etapa	Inspeção técnica e verificação de conformidade	Termo de vistoria e boletim de medição

5.18 LIQUIDAÇÃO

5.18.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação;

5.18.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.18.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.18.4 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;





5.18.5 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.18.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

5.18.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.18.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

5.18.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

5.18.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

5.18.11 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

5.18.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;



$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = i/365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$ Onde

$i = \text{taxa percentual anual no valor de } 6\%$

5.18.13 Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito desta Administração Pública, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e formas de suas exigibilidades, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços contratuais serão reajustados de acordo com os Índices Nacional da Construção Civil – INCC.

6.2. Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços do saldo contratual, para manter o equilíbrio econômico financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

6.3. O reajustamento será devido do primeiro dia do mês do ano seguinte ao do orçamento da administração (OT 028/2015/CGE/MT e Acórdão TCU 1.707/2013), considerando o saldo contratual existente.

6.4. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos, sobre o saldo contratual. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração (OT 028/2015/CGE/MT).

6.5. Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

6.6. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.



6.7. Considerando que o orçamento de referência desta obra é baseado no SINAPI/SICRO, que consiste no sistema de custos oficial, as medições de reajustamento deverão ter como base de cálculo os índices setoriais, neste caso o INCC.

6.8 Não serão admitidas revisão, reajuste ou repactuação sobre valor já mantidos e pagos pela contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O contrato regido por este edital poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art.124 da Lei Federal n.14.133/2021.

7.2. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

7.3. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

7.4. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

7.5. A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Para a execução de contrato objeto desta Licitação será exigida de garantia de execução no percentual de 5% nos termos do art. 96 ss da Lei 14133/2021.

8.1.1. Na prestação da garantia de execução caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado

pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.1.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.1.3. A Contratada deverá apresentar a garantia de execução no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, quando optar pela modalidade seguro garantia.

8.1.4. Caso opte pela prestação de garantia prevista nos incisos I ou III do item 8.1.1., deverá prestá-la no prazo de 10 (dez) dias, contado da homologação e antes da assinatura do contrato.

8.2. Quando a garantia prestada for na modalidade de seguro-garantia o objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, com observância do seguinte:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

8.3. A Garantia de execução será prestada junto a Contratante, antes da assinatura do contrato, com anuência do fiscal de contrato e secretário demandante.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. Do Recebimento da Obra



9.1.1. O recebimento da obra deverá observar o disposto nos artigos 140, seus incisos e parágrafos da Lei nº 14.133/2021:

9.2. Recebimento Provisório

9.2.1. Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e mediante protocolo à Contratante, solicitando o recebimento provisório da obra.

9.2.2. A Contratante, após vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, procederá o Recebimento Provisório, em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

9.2.3. Após a vistoria, constatados defeitos ou inconsistências nos serviços, a fiscalização rejeitará no todo ou em parte, conforme o caso, e reduzirá a termo o ocorrido, comunicando oficialmente a CONTRATADA, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes às suas custas, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.3.1. Não sendo sanadas as irregularidades pela CONTRATADA, o fiscal do contrato encaminhará o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

9.2.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art.140 da Lei nº 14133, de 2021).

9.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.6. A CONTRATADA deverá elaborar, ao final da obra, o relatório Final da Obra, inclusive o Projeto "As Built", de acordo com modelo vigente para Apresentação de relatórios e em conformidade com as demais normas que forem pertinentes.

9.3. Recebimento Definitivo

9.3.1. Na segunda etapa, após a conclusão das correções e complementações, e nova vistoria com relatório detalhado por servidor ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, designada pela autoridade competente, não persistindo mais nenhuma inconformidade na obra e apresentadas as respectivas documentações

exigidas no Contrato, será realizado o Recebimento Definitivo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

9.3.1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.3.2. O recebimento definitivo somente será efetivado pela Contratante após a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

9.3.3. A CONTRATADA deverá retirar em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

9.3.4. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

9.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.3.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3.8. O recebimento definitivo pela Contratante não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança



dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil do projeto de cada estrutura.

9.3.8.1. A CONTRATADA deverá dar garantia contratual dos serviços pelo prazo de 05(cinco) anos, a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo da obra.

9.3.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os serviços e equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo operacional para a CONTRATANTE.

9.3.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria CONTRATADA.

9.3.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços prestados, compreendendo a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.3.8.5. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos serviços que apresentarem vício ou defeito, devendo iniciar a reparação ou substituição em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico.

10.2. Os fiscais responsáveis foram designados pela Portaria nº xxx/xxx, nos termos do art. 117 da Lei 14133/2021, e são os seguintes:

Nome: xxxx

Matricula: xxxx

CPF: xxxxx

10.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





10.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação da ordem de serviço e como se dará a fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto.

10.8. Ao fiscal técnico do contrato, auxiliado pela fiscalização administrativa setorial e pelo público usuário, compete um conjunto de ações que objetivam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela CONTRATANTE para os serviços contratados;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

III - prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos ou gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e

IV - encaminhar ao setor de contratos ou gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto do contrato.

10.9. O fiscal técnico do contrato:

a) Anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerirá as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, rejeitará os serviços executados em desacordo com as



especificações do objeto contratado e informará ao gestor do contrato de ofício ou a requerimento;

b) Solicitará à CONTRATADA os documentos exigidos para a prestação do serviço, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis, determinando prazo para atendimento;

c) Informará às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;

d) Elaborará relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;

e) Receberá cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da CONTRATADA/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

f) Fornecerá ou colocará à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à boa e regular execução do Contrato, esclarecendo dúvidas e transmitindo instruções à CONTRATADA;

g) Solicitará que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, Edital e seus anexos independentemente de sua transcrição.

h) Fornecerá atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

i) Notificará a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

10.10. O fiscal do contrato realizará a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento e, após o ateste, encaminhará ao gestor de contrato para ratificação.

10.11. Caberá ao fiscal do contrato verificar periodicamente, de acordo com a natureza do objeto do contrato, a manutenção de todas as condições de habilitação,

conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital, devendo requerer da CONTRATADA, as certidões necessárias para tanto a cada 90 (noventa) dias.

10.12. O fiscal administrativo do contrato acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.13. Ocorrendo situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, o fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.14. Identificadas quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

10.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.16. Quando necessário, o gestor do contrato convocará e coordenará reuniões, registradas em ata, com a participação da CONTRATADA e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.

10.17. O gestor do contrato acompanhará a execução do cronograma físico-financeiro, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos.

10.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, laborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.19. Os prazos de vigência e execução dos contratos serão observados pelo gestor do contrato, que tomará as medidas necessárias para que sejam executados conforme a CONTRATADA, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e planejamento orçamentário e financeiro.

10.20. O gestor do contrato decidirá sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, bem como sobre a suspensão da obra, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

10.21. Caberá igualmente ao gestor do contrato, negociar com a CONTRATADA as condições contratuais quando necessário, bem como decidir quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos.

10.22. Os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, serão acompanhados pelo gestor do contrato que informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, se for o caso.

10.23. Em caso de descumprimento contratual ou fraude na sua execução, deverá o gestor do contrato tomar as providências para sua apuração.

10.24. As informações relativas à execução do contrato deverão ser inseridas pelo fiscal do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência, e será acompanhada pelo gestor, a quem competirá exigir a tempestividade dos lançamentos.

10.25. Os processos de pagamento, após a devida instrução e atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, serão encaminhados pelo gestor do contrato ao setor competente.

10.26. O gestor do contrato deverá constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

10.27. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.28. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução



contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. Constitui obrigações da Contratante e Contratada as descritas neste item:

DA CONTRATADA:

Compete à contratada executar integralmente o objeto contratado, de forma eficiente, segura e contínua, em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o contrato, observando rigorosamente os prazos, padrões de qualidade e requisitos técnicos estabelecidos, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 É obrigação da contratada disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à perfeita execução da obra, assegurando que os materiais empregados sejam novos, de boa procedência e compatíveis com as normas técnicas vigentes, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as exigências de desempenho, durabilidade e segurança previstas para edificações públicas;

11.1.2 A contratada deverá cumprir integralmente a legislação aplicável à execução de obras de engenharia, incluindo normas técnicas, ambientais, urbanísticas, sanitárias e de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela adoção de medidas preventivas e corretivas destinadas à preservação da integridade física dos trabalhadores, de terceiros e do patrimônio público e privado, bem como pelo correto gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução;

11.1.3 Constitui obrigação da contratada responder integralmente por quaisquer danos, vícios, falhas, imperfeições ou desconformidades decorrentes da execução dos serviços, promovendo, às suas expensas, as correções, substituições, adequações ou retrabalhos necessários, sempre que constatados pela fiscalização ou verificados no curso do recebimento provisório ou definitivo da obra;

11.1.4 A contratada deverá manter comunicação formal, clara e tempestiva com a Administração, informando imediatamente a ocorrência de fatos relevantes, intercorrências técnicas, riscos à execução, atrasos ou situações que possam comprometer o cumprimento do contrato, submetendo previamente à análise da fiscalização quaisquer propostas de ajustes ou adequações técnicas;





11.1.5 É dever da contratada manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, inclusive no que se refere à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e à habilitação técnica de seus responsáveis legais e técnicos, comunicando prontamente à Administração qualquer alteração que possa impactar essas condições;

11.1.6 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, registros fotográficos, laudos, ensaios, documentos de controle tecnológico, medições e demais evidências necessárias à comprovação da correta execução dos serviços e ao acompanhamento da evolução física da obra, cooperando integralmente com a fiscalização designada pela contratante;

11.1.7 Todas as despesas operacionais inerentes à execução do objeto, tais como mobilização, desmobilização, hospedagens, alimentação, transporte de equipes, transporte de materiais, consumo de insumos, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e securitários, bem como custos indiretos necessários à execução da obra, correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração;

11.1.8 Fornecer toda a mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos e estruturas provisórias necessários à execução integral do objeto, garantindo desempenho e durabilidade compatíveis com as normas da ABNT e requisitos do Sistema CONFEA/CREA;

11.1.9 Assegurar o cumprimento irrestrito das legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis, incluindo normas regulamentadoras de segurança do trabalho, ambientais e de responsabilidade técnica;

11.1.10 Responder por quaisquer danos causados ao patrimônio público, privado ou ao meio ambiente, decorrentes de atos ou omissões na execução dos serviços, adotando de imediato as ações corretivas necessárias;

11.1.11 Realizar correções, substituições e retrabalhos, às suas expensas, sempre que houver desconformidades, falhas, vícios ou serviços executados em desacordo com os padrões exigidos, independentemente da etapa em que forem identificados;

11.1.12 Cumprir os prazos contratuais, assegurar a continuidade dos serviços e manter ritmo compatível com o cronograma aprovado, informando previamente qualquer ocorrência que possa comprometer a execução;

11.1.13 Manter atualizadas todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência contratual, incluindo registros profissionais, certidões, atestados e documentos obrigatórios;

11.1.14 Disponibilizar documentos, relatórios, registros fotográficos, diário de obra, notas de controle tecnológico e demais evidências de execução sempre que solicitados pela fiscalização ou autoridade competente;

11.1.15 Cooperar integralmente com os agentes de fiscalização designados, garantindo acesso irrestrito ao canteiro, fornecendo informações precisas e acatando determinações técnicas;





11.1.16 Custear todas as despesas operacionais que lhe sejam atribuídas, incluindo mobilização, canteiro, equipamentos, transporte, armazenamento, segurança, sinalização, resíduos e demais encargos inerentes à execução;

11.1.17 Manter ambiente de trabalho seguro, organizado e sinalizado, adotando medidas preventivas, uso de EPIs e práticas que preservem integridade física dos trabalhadores e das operações do local;

11.1.18 A contratada deverá executar o objeto de forma a assegurar a entrega da obra em plenas condições de uso, funcionalidade e segurança, atendendo às finalidades públicas previstas, às exigências do Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002, e aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, garantindo a obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração Pública;

11.1.19 Em cumprimento ao **Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023**, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal;

11.1.20 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura;

11.1.21 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

11.1.22 Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município;

11.1.23 Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações;

11.1.24 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023;

11.1.25 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea “a” da resolução CGSN nº 140/2018;

11.1.26 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos



impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.2. DA CONTRATANTE

Compete à Contratante, no âmbito de suas atribuições legais e administrativas, adotar todas as providências necessárias para assegurar a adequada execução do objeto contratado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Estudo Técnico Preliminar e com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato a seguir:

11.2.1 Cabe à Administração promover a publicação do edital e dos atos correlatos, garantindo a ampla publicidade, transparência e legalidade do procedimento licitatório;

11.2.2 É obrigação da Contratante fornecer à contratada todas as informações técnicas, projetos, memoriais descritivos, especificações, autorizações e demais documentos indispensáveis ao correto entendimento e execução da obra, bem como assegurar o acesso regular ao local de execução dos serviços, adotando as medidas necessárias para viabilizar a mobilização e o desenvolvimento das atividades contratadas;

11.2.3 Quando aplicável, deverá disponibilizar as condições mínimas de infraestrutura sob sua responsabilidade, compatíveis com a execução do objeto;

11.2.4 A Contratante deverá designar formalmente fiscal ou comissão de fiscalização do contrato, responsável pelo acompanhamento sistemático da execução, verificação da conformidade dos serviços com os projetos e especificações, análise das medições apresentadas e registro de ocorrências relevantes;

11.2.5 Compete-lhe analisar, validar ou rejeitar as medições, relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios apresentados, promovendo os ajustes necessários sempre que identificadas inconsistências ou inconformidades;

11.2.6 É dever da Administração proceder à análise e manifestação tempestiva sobre solicitações técnicas, pedidos de esclarecimento, ajustes ou adequações decorrentes da execução contratual, assegurando a continuidade dos serviços e evitando paralisações indevidas;

11.2.7 Também deverá formalizar os atos de recebimento provisório e definitivo da obra, após as verificações técnicas cabíveis, observados os prazos e critérios estabelecidos no contrato;

11.2.8 A Contratante deverá garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas decorrentes do contrato, promovendo os pagamentos devidos dentro dos prazos pactuados, desde que atendidas as condições de medição, ateste e aceitação dos serviços;

11.2.9 Compete-lhe, ainda, adotar as providências administrativas e legais necessárias em caso de descumprimento contratual, aplicando as sanções previstas,





quando cabíveis, sempre mediante motivação e observância do devido processo legal;

11.2.10 Incumbe à Contratante zelar pelo fiel cumprimento das condições contratuais, pelo atendimento às exigências do **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, e pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, assegurando que a contratação alcance os resultados pretendidos e produza benefícios efetivos à coletividade;

11.2.11 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

11.2.12 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

11.2.13 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.2.14 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;

11.2.15 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.2.16 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;

11.2.17 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.2.18 Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;

11.2.19 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.2.20 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;

11.2.21 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.2.22 Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contendo;

11.2.23 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.2.24 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;



11.2.25 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.2.26 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as



penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS E OBRIGAÇÕES

12.14. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado na execução da obra, descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-





financeiro ou inobservância das obrigações previstas neste Termo de Referência, serão aplicadas à contratada as medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o contraditório e a ampla defesa:

§1º. A ocorrência de atraso na execução, sem justificativa formal aceita pela Administração, poderá resultar em:

I – **notificação formal** para regularização imediata;

II – **determinação de reforço de** equipe, maquinário ou turnos, às expensas da contratada, quando necessário para recomposição do cronograma;

III – **glosa proporcional da medição**, caso haja impacto na execução dos serviços já avaliados;

IV – **aplicação de multas**, conforme previsto no edital e no contrato, proporcionais ao período de atraso e à gravidade da infração;

V – **suspensão temporária da execução** até regularização das condições técnicas;

VI – **execução da garantia contratual**, quando pertinente.

§2º. Persistindo o descumprimento ou caracterizando-se atraso que comprometa a entrega do objeto dentro do prazo definido, a Administração poderá, mediante processo administrativo:

I – **rescindir unilateralmente o contrato**, nos termos do art. 137, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

II – **aplicar penalidades de** advertência, multa, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade, conforme arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021;

III – **adotar medidas emergenciais** para assegurar a continuidade do interesse público, incluindo contratação de empresa substituta às expensas da contratada inadimplente.

§3º. A contratada não poderá alegar desconhecimento das condições do local, dos projetos, das especificações técnicas ou do cronograma como justificativa para atrasos ou descumprimentos.

§4º. Apenas serão admitidas prorrogações de prazo nas hipóteses legais, mediante solicitação formal e motivada, comprovadamente vinculada às causas previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

§5º. A adoção das medidas previstas nesta cláusula, bem como a formalização de notificações, penalidades ou rescisão, será sempre devidamente motivada em processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração declara que todas as condições de execução, obrigações, prazos e parâmetros técnicos constam expressamente neste Termo de Referência, garantindo segurança jurídica ao gestor, ao fiscal e à autoridade responsável pela aprovação do documento.





13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É vedado à contratada:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.





15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Brasnorte – MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

BRASNORTE-MT, ---- de ----- de 20__.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT





CNPJ: xxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxx

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EMPRESA -----

CNPJ: -----

CONTRATADA

RG: ----- CPF: -----

Responsável Legal





ANEXO IX

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E MAPA DE RISCO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA COMUNIDADE TUPAN NO MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a execução da obra de construção de uma Quadra Poliesportiva na Comunidade Tupan, localizado no Município de Brasnorte/MT, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, insumos, bem como a realização do controle tecnológico e demais serviços necessários à perfeita execução do objeto, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, normas técnicas vigentes e demais especificações técnicas aplicáveis. A implantação da referida Quadra Poliesportiva tem como objetivo principal





proporcionar um espaço adequado, seguro e acessível para a prática de diversas modalidades esportivas e atividades recreativas, promovendo a melhoria da saúde física e mental da população. Ademais, o equipamento público contribuirá para o fortalecimento do convívio social, servindo como ponto de encontro da comunidade, estimulando a integração entre diferentes faixas etárias e grupos sociais, além de incentivar hábitos saudáveis, o lazer e a inclusão social.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA TUPAN NO MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este estudo tem como objetivo a elaboração de um plano detalhado para a construção de uma Quadra Poliesportiva na Comunidade Tupan, localizado no município de Brasnorte/MT, no âmbito do Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, tendo como beneficiário o Município de Brasnorte/MT (CNPJ nº 01.375.138/0001-38), com recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 202442970002, de autoria da Deputada Amália Barros.

A iniciativa visa implantar uma infraestrutura adequada, moderna e funcional, composta pela quadra poliesportiva e área de convivência, incluindo a implantação de parquinho infantil, instalação de bancos e arborização do entorno, proporcionando conforto ambiental, acessibilidade e segurança aos usuários. O conjunto de intervenções permitirá a prática de diversas modalidades esportivas, atividades recreativas e momentos de lazer para crianças, jovens, adultos e idosos.

Considerando a relevância da obra para a ampliação das ações esportivas, educacionais e de lazer no município, a Prefeitura Municipal de Brasnorte solicita a realização do procedimento licitatório correspondente, com vistas à efetivação da construção da quadra poliesportiva e das áreas complementares, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no plano de trabalho, projetos técnicos e legislação vigente.

3 – JUSTIFICATIVA E DOS REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos técnicos necessários mínimos para o atendimento da necessidade são:

- A contratação deverá ser realizada com empresa especializada no ramo da construção civil/engenharia, legalmente constituída, devidamente registrada e habilitada junto aos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade a serem exigidos no futuro Termo de Referência. O referido Termo de Referência deverá contemplar, entre outros aspectos, a definição do local de execução da obra, prazos, condições de execução, garantias dos serviços, responsabilidades técnicas, assistência técnica, critérios de pagamento, sanções administrativas, bem como os procedimentos de recebimento e aceitação do objeto, assegurando a



ampla competitividade do certame, sem a inclusão de exigências restritivas indevidas.

- A empresa contratada deverá permitir e facilitar a fiscalização por parte da contratante, abrangendo o acompanhamento da execução da obra, o controle, a quantidade e a qualidade dos materiais empregados, bem como a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas.
- Todos os materiais, equipamentos e serviços empregados na construção da quadra poliesportiva e de suas áreas complementares deverão atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às demais normas e regulamentações técnicas aplicáveis.

Requisitos técnicos da contratação:

- I. A execução da obra de construção da Quadra Poliesportiva ocorrerá no Município de Brasnorte/MT, na Comunidade Tupan, nas coordenadas geográficas Latitude 12°47'55" S e Longitude 58°04'49" O, localizada especificamente na Avenida Porto Alegre, esquina com a Rua São Paulo, Quadra 14, conforme indicado no croqui de localização anexo:



Imagem 1 - Localização da área para CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA TUPAN. Latitude: 12°47'55''S / Longitude: 58°04'49''O.



- II. Trata-se de uma obra de engenharia, cujo objeto consiste na construção de uma Quadra Poliesportiva, incluindo suas áreas complementares, destinada ao atendimento das demandas esportivas, recreativas e sociais da população, a ser implantada na Comunidade Tupan, no Município de Brasnorte/MT.
- III. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- IV. O recebimento provisório poderá ser concedido imediatamente após a finalização da obra e o recebimento definitivo, a partir de 30 dias corridos, desde que não haja intercorrências na usabilidade dos serviços executados.
- V. O prazo total de execução da obra é de 150 dias. As medições serão verificadas e aprovadas/rejeitadas após a oficialização da solicitação da empresa executora via planilha de medição, a cada 30 dias, tendo valores seccionados conforme previsão em cronograma físico-financeiros.
- VI. Certidão de registro e quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- VII. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- VIII. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- IX. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- X. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos.

Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (essencial para rampas, banheiros e acessos da quadra);





- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- e) ABNT NBR 5738, Concreto – Procedimento para moldagem e cura de corpos-de prova;
- f) ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto;
- g) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

Da Modalidade De Licitação “CONCORRÊNCIA”

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

Da complexidade técnica “OBRA COMUM DE ENGENHARIA”

O objeto da presente Concorrência possui natureza de obra de engenharia e enquadra-se como Obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea b), da Lei nº 14.133/2021.

Levando-se em conta os aspectos construtivos do Projeto de engenharia para a construção da Quadra Poliesportiva na Comunidade Tupan, sendo caracterizada como obra comum de engenharia visto que:

- I. Emprega técnicas construtivas usuais e amplamente difundidas na engenharia civil;
- II. Não demanda o desenvolvimento de soluções inovadoras ou complexas, sendo baseada em métodos executivos consagrados;



- III. Apresenta grau de risco técnico baixo a médio, compatível com obras correntes;
- IV. Pode ser executada por empresas de engenharia com capacitação técnica geral, não exigindo especialização de alta complexidade;
- V. Possui ampla disponibilidade de empresas no mercado aptas à sua execução, favorecendo a competitividade do certame;
- VI. Os serviços previstos (terraplenagem, execução de base e piso, alambrado, pintura e demais elementos) são padronizados e rotineiramente executados em obras similares.

Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

Previsão de Garantia Contratual

- I. Em decorrência do objeto da contratação será exigida garantia contratual.
- II. Para a execução de contrato objeto desta Licitação será exigida de garantia de execução no percentual de 5% nos termos do art. 96 ss da Lei 14133/2021.
- III. Na prestação da garantia de execução caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- IV. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- V. seguro-garantia;
- VI. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- VII. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;
- VIII. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de

- endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- IX. A Contratada deverá apresentar a garantia de execução no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, quando optar pela modalidade seguro garantia.
 - X. Caso opte pela prestação de garantia prevista nos incisos I ou III do item 6.3., deverá apresentá-la no prazo máximo de 10 (dez) dias, antes da assinatura do contrato.
 - XI. Quando a garantia prestada for na modalidade de seguro-garantia o objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, com observância do seguinte:
 - XII. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
 - XIII. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
 - XIV. A Garantia de execução será prestada junto a Contratante, antes da assinatura do contrato, com anuência do fiscal de contrato e secretário demandante.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

SOLUÇÃO 01: Execução Direta pela Administração Pública

Uma primeira alternativa seria a Prefeitura Municipal executar diretamente a construção da Quadra Poliesportiva, utilizando equipe própria e maquinário disponível, adquirindo materiais e insumos diretamente de fornecedores. No entanto, essa opção apresenta desafios relevantes, considerando a natureza da obra, que envolve execução de pavimentação esportiva, instalação de equipamentos, parquinho infantil, bancos e arborização.

Problemas potenciais dessa alternativa:

1. **Baixa eficiência:** A falta de pessoal qualificado e especializado em construção civil e obras esportivas, bem como a ausência de equipamentos específicos, poderia comprometer a qualidade da execução da quadra e suas áreas complementares, resultando em falhas estruturais ou problemas futuros de manutenção.
2. **Maior tempo de resposta:** Sem uma equipe técnica especializada, a obra poderia se prolongar além do prazo previsto, atrasando a entrega do espaço à comunidade e impactando negativamente o atendimento às demandas esportivas e de lazer.
3. **Custos de capacitação e aquisição de equipamentos:** O município precisaria investir na formação de profissionais capacitados e na compra de máquinas e ferramentas específicas, elevando significativamente o custo total da obra.





Portanto, optar por essa alternativa sem a infraestrutura, equipe técnica e recursos necessários para execução da quadra poliesportiva pode se revelar ineficaz e economicamente mais oneroso a longo prazo, comprometendo tanto a qualidade quanto a funcionalidade do equipamento público.

SOLUÇÃO 02: Contratação de Empresa Especializada via Licitação

A segunda alternativa prevê a contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório, nos termos da legislação vigente. Pode ser uma alternativa eficaz para garantir a execução de um serviço de qualidade, além de reduzir os desafios associados à falta de mão de obra especializada no município.

Vantagens da contratação de empresa especializada:

1. **Experiência técnica:** Empresas especializadas possuem equipes treinadas e experientes para executar a obra de maneira eficiente e segura.
2. **Rapidez na execução:** Uma empresa com expertise pode realizar o serviço de forma mais ágil, reduzindo o tempo de implantação da quadra poliesportiva.
3. **Economia de recursos:** Embora a contratação de uma empresa tenha um custo inicial, ela pode representar uma economia a longo prazo, ao evitar gastos com capacitação de funcionários e aquisição de equipamentos próprios.
4. **Redução de riscos:** A contratação formalizada com empresa especializada inclui garantias contratuais, como prazos de entrega, responsabilidade técnica e manutenção da obra, o que diminui os riscos de paralisações e falhas.

O valor total estimado da obra é de R\$ 538.553,14 (Quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório apresenta-se como a única solução viável para a execução da construção da Quadra Poliesportiva, incluindo suas áreas complementares, como parquinho infantil, bancos e arborização. Tal medida se justifica pela necessidade de assegurar a execução dos serviços com eficiência, segurança, qualidade técnica e plena conformidade legal, especialmente diante da ausência de estrutura interna e de pessoal qualificado suficiente no município para realizar obras de natureza comum de engenharia.

A decisão pela contratação decorre de uma análise criteriosa e abrangente, pautada pelo compromisso de oferecer um espaço esportivo funcional, seguro e acessível, capaz de atender adequadamente à prática de atividades físicas, recreativas e de lazer, bem como de promover a integração social e o convívio comunitário. A opção por empresa especializada garante o cumprimento dos prazos, padrões de qualidade, normas técnicas da ABNT, legislação vigente e diretrizes de acessibilidade e





sustentabilidade, minimizando riscos e assegurando que a quadra poliesportiva atenda plenamente às necessidades da população da Comunidade Tupan.

A contratação será realizada por meio da modalidade Concorrência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, nos seguintes dispositivos: Art. 6º, inciso XXI, alínea "b"; Art. 28, inciso II. A adoção dessa modalidade é justificada pela natureza da obra, caracterizada como obra comum de engenharia.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada, tipo de serviços, precificação, exigência técnicas, licenças obrigatórias, foram elaboradas pela Engenheira Civil Geandra Figueiredo Welter. Estimativas estas que resultará no orçamento completo da obra a ser executada.

A planilha orçamentária de referência foi elaborada com base no levantamento de quantitativos constantes nos Projetos Básicos e Memoriais Descritivos. As unidades dimensionais e os preços utilizados foram obtidos a partir dos seguintes sistemas de referência:

- SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal
- SEINFRA – 028 – Ceará
- SBC - 01/2026 - Mato Grosso
- SICRO3 - 10/2025 - Mato Grosso
- ORSE - 11/2025 – Sergipe

TABELAS DE QUANTIDADES:

DIMENSÕES E ÁREAS:

ÁREA TOTAL DO LOTE: 2.200,00 m²

- ÁREA DA QUADRA: 600,00 m²
- ÁREA VERDE: 630,00 m²

Descrição	Und	Quant.
ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS		
ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS	mês	5
SERVIÇOS PRELIMINARES		
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m ²	3
LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m ²	1200





REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	m ²	1200
ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	m ³	144
LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	100
EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM ALVENARIA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	m ²	3
INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA	un	1
Instalação provisória de energia elétrica, aerea, trifasica, em poste galvanizado, exclusive fornecimento do medidor	un	1
CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M ³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m ³	35
PISO E ALAMBRADO		
PISO		
APLICAÇÃO DE LONA PLÁSTICA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS DE CONCRETO. AF_04/2022	m ²	600
PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	m ²	600
ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_09/2021	kg	1745
PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 4,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	m ²	600
FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	m ²	12
ALAMBRADO		
ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 1/4"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m ²	400
Portao em tela arame galvanizado n.12 malha 2" e moldura em tubos de aço com duas folhas de abrir, incluso ferragens	m ²	8,4
EQUIPAMENTOS		
PAR DE TRAVES E REDES DE FUTSAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	un	1
PAR DE POSTES E REDE DE VÔLEI - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	un	1
PINTURA		
FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m ²	600
PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m ²	600
PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	550



PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	450
URBANIZAÇÃO		
PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	m²	630
PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M . AF_07/2024	un	8
INSTALAÇÃO DE BANCO PRÉ-FABRICADO DE CONCRETO COM ENCOSTO, DIMENSÕES 180 CM X 64 CM X 89 CM, SOBRE SOLO. AF_11/2021	un	8
Bicicletário em tubo de aço galvanizado diam=2.1/2", para 6 bicicletas, chumbadas no piso, incluso pintura de acabamento com 02 demãos	un	1
INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE SOLO. AF_11/2021	un	4
PARQUINHO		
INSTALAÇÃO DE BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA METÁLICA EM TUBOS DE AÇO CARBONO, INSTALADO SOBRE SOLO. AF_10/2021	un	1
INSTALAÇÃO DE GIRA-GIRA METÁLICO EM TUBOS DE AÇO CARBONO, INSTALADO SOBRE SOLO. AF_10/2021	un	1
INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR METÁLICO EM TUBOS E CHAPAS DE AÇO CARBONO, INSTALADO SOBRE SOLO. AF_10/2021	un	2
INSTALAÇÃO DE GAIOLA LABIRINTO METÁLICA EM TUBOS DE AÇO CARBONO, INSTALADO SOBRE SOLO. AF_10/2021	un	1
INSTALAÇÃO DE GANGORRA SIMPLES METÁLICA EM TUBOS DE AÇO CARBONO, INSTALADA SOBRE SOLO. AF_10/2021	un	2
LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	2
LIMPEZA FINAL		
LIMPEZA FINAL DE OBRAS	m²	600

7 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar do valor para a futura contratação da obra tem como fundamento as quantidades apuradas a partir do projeto executivo. Para a definição dos custos unitários, foram utilizados sistemas oficiais de referência, com prioridade para o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Com base nesses parâmetros, foi elaborado o orçamento-base estimativo da obra, sob responsabilidade técnica da Engenheira Geandra Figueiredo Welter. A obra refere-se à construção de Quadra Poliesportiva, localizada na Comunidade Tupan no município de Brasnorte/MT.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com suas características técnicas e peculiaridades de mercado, o objeto da contratação configura-se como uma solução única, indivisível e integrada, cuja execução demanda compatibilização entre as diversas etapas construtivas, não



sendo tecnicamente viável o seu parcelamento sem prejuízo à eficiência, à economicidade e à qualidade final da obra.

Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento, tendo em vista que se trata da construção de uma quadra poliesportiva, compreendendo também os serviços de urbanização e demais elementos complementares, cuja execução deve ocorrer de forma coordenada e contínua, sob responsabilidade de um único contratado. Assim, a licitação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, garantindo maior controle técnico, padronização e responsabilização pela entrega do objeto.

Para fins de pagamento, este será realizado mediante medições periódicas, devidamente atestadas pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, assegurando a correspondência entre os serviços efetivamente executados e os valores pagos.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Após a pesquisa de editais publicados durante os anos de 2024 e 2025, foi verificado que não existem contratações que guardam relação com o objeto pretendido.

A construção da Quadra Poliesportiva, incluindo suas áreas complementares como parquinho infantil, bancos, arborização e iluminação, representa uma intervenção estratégica para o município, promovendo qualificação do espaço público e ampliando sua capacidade de utilização para atividades esportivas, recreativas e comunitárias.

Essa obra fortalece o esporte e o lazer como instrumentos de inclusão social, promoção da saúde e integração comunitária, proporcionando melhores condições de uso, conforto, segurança e dignidade para os usuários de todas as idades. Além disso, valoriza o patrimônio público e contribui de forma significativa para o desenvolvimento social, esportivo e de bem-estar da população da Comunidade Tupan.

10 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora o Município de Brasnorte – MT, demonstre disponibilidade orçamentária prevista em Lei Orçamentária Anual e Quadro de Detalhamento de Despesa, não demonstra previsão no Plano de Contratação Anual, pela sua não elaboração, o que não impede a contratação, conforme entendimento conforme Art. 18, § 1º, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fins de abertura do processo licitatório será necessária a verificação de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS





Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Por meio do certame licitatório, objetiva-se a escolha do fornecedor mais qualificado técnica e economicamente, assegurando a execução da obra com qualidade, pontualidade e menor custo global à Administração.;
- A contratação permitirá o início das obras dentro do cronograma previamente definido, garantindo a compatibilização com outras etapas complementares previstas;
- Garantir um controle de qualidade dos serviços prestados;
- A contratação prevê o cumprimento das exigências legais e a adoção de boas práticas para mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes da obra;
- Diminuir os riscos, identificar as falhas e corrigi-las com a maior brevidade;

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços, mantendo-se o padrão de qualidade em todas as etapas necessárias.

12 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

No desenvolvimento do processo licitatório, as licitantes deverão observar rigorosamente as disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere aos critérios de habilitação, julgamento, execução contratual e participação no procedimento.

Obrigações da Contratada

A empresa vencedora do certame, ao firmar o contrato, compromete-se a:

- Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como de acordo com as condições expressas em sua proposta;
- Obedecer às normas técnicas e legais vigentes, bem como às diretrizes estabelecidas no contrato e em demais normativos aplicáveis à execução da obra;
- Manter o padrão de qualidade exigido, adotando as melhores práticas de engenharia e garantindo a eficiência, segurança e durabilidade dos serviços prestados;
- Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato quaisquer ocorrências irregulares ou anormalidades verificadas no local de execução dos serviços;
- Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, de forma precisa e tempestiva, sempre que necessário ao bom andamento contratual.

Ações a Cargo da Administração

Caberá à Administração Pública, no âmbito de suas atribuições legais:



- Proceder à publicação do Edital, garantindo ampla publicidade e transparência ao certame, conforme determina a legislação vigente;
- Designar formalmente o Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, realização das medições mensais e fiscalização da qualidade dos trabalhos;
- Incluir no contrato cláusula de garantia de execução, conforme previsto no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, resguardando o interesse público quanto à fiel execução da obra;
- Prever a possibilidade de subcontratação parcial, limitada a até 30% do valor do contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que previamente autorizada e observadas as condições estabelecidas no edital.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS

O setor da construção civil tem papel fundamental no desenvolvimento do país, porém, causam diversos impactos ambientais, desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para os serviços de engenharia, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, entre outros.

Geração de resíduos:

Entre diversas atividades produtivas, o setor de construção civil é um dos que mais geram resíduos. Isso, muitas vezes, está relacionado à falta de processos adequados e aos materiais disponibilizados para cada serviço. Um melhor gerenciamento nesse quesito, além de representar um ganho para o meio ambiente, também gera economia na execução dos serviços.

Uma das maneiras para reduzir a geração dos resíduos é dar aos operários apenas a quantia necessária de recursos para o seu trabalho, contando com uma porcentagem de desperdício, que sempre existirá devido a quebras e imperfeições. Além disso, o uso de materiais reutilizáveis, como escoras metálicas em vez de um escoramento de madeira, por exemplo, é uma medida mitigadora para atenuar esses impactos ambientais gerados.

Reduzir os resíduos da construção com reciclagem e transformação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.

Elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos gerados pelos serviços, estabelecendo todos os procedimentos necessários para identificação, classificação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de todos os resíduos gerados nas atividades.

Desperdício de água

Como é difícil de ser controlado e quantificado, esse é um dos impactos ambientais mais sentidos. Devido a isso, as execuções dos serviços devem ser pensadas e



preparadas para a reutilização de água da chuva, amenizando o desperdício hídrico que frequentemente acontece.

Elaborar um Programa de Treinamento e Capacitação Ambiental que estabeleça todas as ações necessárias para treinar e promover a sensibilização dos trabalhadores para execução do serviço com responsabilidade, por meio de treinamentos, dinâmicas de grupo, palestras, campanhas e ações para transmitir informações que contribuam para o disciplinamento comportamental, o aprimoramento profissional, a percepção de riscos e a prevenção de acidentes de trabalho.

14 – NECESSIDADE DE AVALIAR QUANTO A APLICAÇÃO DA LEI 12527/2011

Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

15 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo identificou os elementos essenciais para compor o Projeto Básico e demonstrou a viabilidade da contratação solicitada.

Ressalta-se que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis, caracterizando-se pela economicidade. Dessa forma, a contratação pretendida é viável e atende ao Interesse Público, que é o objetivo final da demanda. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida.

16 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, são definidos: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as ações preventivas e contingências, além da identificação dos responsáveis por cada ação.

Após a identificação e classificação, deve-se realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa consiste na classificação dos riscos conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Essa classificação determinará o nível de risco e orientará as ações a serem tomadas durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.



16.1 - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Ordem	Categoria do Risco	Descrição do Risco	Causa Provável	Impacto Potencial	Medidas Mitigação/ Controle
1º	Técnico	Incompatibilidade entre projeto executivo e execução;	Falhas no projeto, ausência de revisão técnica;	Atrasos na obra, necessidade de retrabalho, aumento de custos;	Revisão detalhada do projeto; apoio técnico contínuo; acompanhamento de engenheiro responsável;
2º	Operacional	Atraso na execução da obra;	Falta de insumos, mão de obra insuficiente, má gestão contratual;	Estouro de prazos; não atendimento às metas previstas;	Fiscalização ativa; cronograma físico-financeiro rigoroso; cláusulas contratuais com penalidades;
3º	Financeiro	Inadimplência ou bloqueio de recursos;	Falta de repasse ou falha na previsão orçamentária;	Paralisação da obra; descumprimento contratual;	Garantia de disponibilidade orçamentária; controle de execução orçamentária e financeira;
4º	Legal/ Contratual	Rescisão contratual por inadimplência da empresa contratada;	Irregularidades fiscais ou Técnicas;	Necessidade de nova licitação, atraso no cronograma;	Exigência de habilitação rigorosa; previsão de garantias no contrato (art. 96 da Lei 14.133/21);
5º	Ambiental	Interferência Ambiental ou descumprimento de normas;	Obra em área sensível, ausência de licenciamento ambiental;	Embargos, sanções, paralisações;	Licenciamento ambiental prévio; monitoramento dos impactos; adoção de práticas sustentáveis;
6º	Social/ Comunitário	Reclamações da comunidade ou conflitos com o entorno;	Ruído, trânsito, interferência em áreas urbanas;	Paralisação ou judicialização; imagem negativa da administração;	Plano de comunicação com a comunidade; medidas de mitigação de





					impacto urbano;
7º	Segurança do Trabalho	Acidentes com trabalhadores ou terceiros;	Ausência de EPIs, falha na gestão de segurança;	Afastamentos, paralisação da obra, autuações;	Cobrança de cumprimento da NR-18 e demais normas de segurança; fiscalização contínua;
8º	Climático/ Natural	Chuvas intensas ou eventos extremos que afetem o cronograma;	Estações chuvosas, mudanças climáticas Regionais;	Atrasos na execução, degradação de materiais;	Planejamento adequado do cronograma; uso de coberturas e armazenagem segura de materiais;

Brasnorte-MT, 02 de fevereiro de 2026.

Responsável pela elaboração do ETP
Geandra Figueiredo Welter
RNP 1320121381





ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6º, e § 1º do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

Processo Administrativo Público

Município de Brasnorte-MT

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Esporte.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021 e Art. 30 I, do Decreto Municipal nº 09/2024)

1.1 O presente termo de referência tem por objeto a Concorrência de Licitação para Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de uma Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, no Município de Brasnorte/MT, incluindo o fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, insumos, controle tecnológico da obra, cumprimento das normas técnicas vigentes, gestão adequada de resíduos e execução conforme projetos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas. A implantação do referido espaço público tem por finalidade disponibilizar local adequado, seguro e acessível para a prática de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde, do lazer e da integração social da comunidade. A contratação será realizada no âmbito do Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002, destinada ao Município de Brasnorte/MT pela Deputada Amália Barros, em conformidade com as especificações de descrição e quantidade detalhadamente elencadas neste documento, amparada pelas disposições legais vigentes que regulam tal procedimento para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Brasnorte. Integram o presente Termo de Referência, como partes indissociáveis, os projetos executivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memoriais descritivos, que deverão ser integralmente observados para a execução do objeto;

1.2 Descrição do objeto:

ITEM	CÓD. SIST. / TCE	DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTD	VALOR TOTAL
------	---------------------	-----------	--------------	-----	-------------





1	76522 / 00038394	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO DISTRITO TUPÃ, NO MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT	Unid	1	R\$ 538.553,14
		Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a execução da obra de construção de uma Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, localizado no Município de Brasnorte/MT, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, insumos, bem como a realização do controle tecnológico e demais serviços necessários à perfeita execução do objeto, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, normas técnicas vigentes e demais especificações técnicas aplicáveis. A implantação da referida Quadra Poliesportiva tem como objetivo principal proporcionar um espaço adequado, seguro e acessível para a prática de diversas modalidades esportivas e atividades recreativas, promovendo a melhoria da saúde física e mental da população. Ademais, o equipamento público contribuirá para o fortalecimento do convívio social, servindo como ponto de encontro da comunidade, estimulando a integração entre diferentes faixas etárias e grupos sociais, além de incentivar hábitos saudáveis, o lazer e a inclusão social.			

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 03/2024, onde consta no art. 5º a vedação aquisição de bens enquadrados como luxo por este Município;

1.4 Nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, considera-se **obra** toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação realizada por execução direta ou indireta. Nesse contexto, o objeto pretendido consistente na construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Tupã, no Município de Brasnorte/MT, enquadra-se juridicamente como **obra de engenharia**, uma vez que envolve a execução de serviços técnicos especializados, utilização de mão de obra qualificada, emprego de materiais e equipamentos específicos, além da observância de projetos, memoriais descritivos, normas técnicas e procedimentos de controle tecnológico próprios da engenharia civil;

1.5 A contratação, portanto, possui natureza típica de **obra pública**, compreendendo atividades como terraplenagem, fundações, estruturas, pavimentação, instalações e demais etapas necessárias à implantação da infraestrutura esportiva, devendo ser executada em conformidade com os projetos e especificações técnicas previamente elaborados pela Administração;

1.6 No que se refere à classificação do objeto quanto à natureza do bem, destaca-se que a quadra poliesportiva **não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 03/2024;





1.7 Dessa forma, conclui-se que o objeto da presente contratação **configura-se como obra de engenharia de interesse público**, destinada à ampliação da infraestrutura esportiva municipal, sendo classificado como **bem comum de interesse coletivo**, afastando-se qualquer caracterização como bem de luxo no âmbito da Administração Pública;

1.8 O prazo total de execução da obra é de 150 (cento e cinquenta) dias, devendo observar o cronograma físico-financeiro integrante do presente Termo de Referência. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública, nos termos dos arts. 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 30 do Decreto Municipal nº 021/2025;

1.9 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 538.553,14 (Quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela 1.2, com pesquisa de preço nos termos do Decreto Municipal nº 05/2024, realizada por servidor responsável conforme decreto 025/2026;

1.10 A pesquisa de preços e a estimativa de custos referentes à **obra de construção da Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, no Município de Brasnorte/MT** foram elaboradas pela **equipe técnica de engenharia da Prefeitura Municipal de Brasnorte**, composta por profissionais habilitados e com competência técnica para a realização de orçamentos de obras públicas;

1.11 Para a composição dos custos, foram utilizadas como referência **bases oficiais e reconhecidas na área de engenharia**, especialmente a **Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)**, bem como outras bases complementares indicadas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, garantindo a adoção de parâmetros atualizados, compatíveis com o mercado e adequados à realidade regional;

1.12 A metodologia adotada considerou a elaboração de **planilha orçamentária detalhada**, contemplando todos os serviços, insumos, composições de custos unitários, encargos sociais, benefícios e despesas indiretas (BDI), em conformidade com as boas práticas de engenharia e com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021;

1.13 Ressalta-se que, para fins de instrução do presente **Termo de Referência**, foi inserido **apenas o valor global estimado da contratação**, conforme apurado pela equipe técnica, permanecendo os demais detalhamentos orçamentários devidamente consolidados nos documentos técnicos que integram o processo administrativo, garantindo transparência, rastreabilidade e suporte técnico à contratação pretendida.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 II, do Decreto Municipal nº 09/2024)

2.1 *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

DO PROCEDIMENTO

2.2 A presente contratação será via Licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica** e critério de julgamento por **menor preço**, em conformidade com os preceitos estabelecidos nos termos



dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 'a' e nos seguintes dispositivos: Art. 6º, inciso XXI, alínea "b"; Art. 28, inciso II; e Art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6. Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

2.2.1 A execução do objeto dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2 Nesse regime, a contratada será responsável pela execução integral da obra, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, ferramentas, transportes, seguros, tributos e demais insumos necessários à completa e perfeita execução do objeto, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

2.2.3 Parágrafo único. O preço contratado será fixo e global, admitindo-se alterações apenas nas hipóteses legalmente previstas, especialmente nos casos de modificações do projeto ou especificações, fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior, bem como demais hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na legislação vigente.

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.3 O ETP - Estudo Técnico Preliminar, foi elaborado de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, bem como, pelo Decreto Municipal nº 009/2024 e encontra-se anterior a este processo de licitatório.

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.4 Embora o Município de Brasnorte - MT, demonstre disponibilidade orçamentária prevista em Lei Orçamentária Anual e Quadro de Detalhamento de Despesa, não demonstra previsão no Plano de Contratação Anual, pela sua não elaboração, conforme Art. 18, § 1º, II da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.5 Para fins de abertura do processo licitatório será necessário a verificação de compatibilidade com o Plano de Contratação Anual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) conforme Art. 16, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 III, do Decreto Municipal nº 09/2024)





3.1 Prestação de serviços em conformidade com as especificações e quantitativos relacionados na tabela constante do item 1.2 deste Termo de Referência;

3.2 A *descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar*, apêndice deste Termo de Referência;

CICLO DE VIDA ÚTIL

3.3 Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação compreende as etapas de planejamento, mobilização, execução da obra, controle tecnológico, entrega e garantia dos serviços executados. Inicialmente, a empresa contratada deverá realizar a mobilização de equipe técnica, equipamentos e infraestrutura necessária ao início das atividades, observando as condições estabelecidas nos documentos técnicos do projeto;

3.4 Na fase de execução, deverão ser realizados todos os serviços de engenharia previstos, incluindo preparação do terreno, execução das fundações, estruturas, pisos, cobertura, instalações complementares, acabamentos e demais elementos necessários para a plena funcionalidade da quadra poliesportiva;

3.5 Durante a execução dos serviços, a contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislações aplicáveis, normas de segurança do trabalho e demais regulamentações pertinentes, bem como realizar os ensaios e testes necessários ao controle tecnológico dos materiais e serviços, garantindo a qualidade, durabilidade e segurança da estrutura construída;

3.6 Concluída a execução da obra, será realizada a fase de entrega do objeto, compreendendo a verificação das condições de funcionamento, inspeções técnicas, eventuais ajustes e correções, bem como a emissão dos documentos de recebimento provisório e definitivo pela Administração, conforme previsto na legislação e no instrumento contratual;

3.7 Adicionalmente, deverá ser assegurado o período de garantia da obra, durante o qual a contratada será responsável por corrigir eventuais falhas, defeitos construtivos ou inconsistências decorrentes da execução dos serviços, garantindo a adequada durabilidade e funcionalidade da infraestrutura entregue;

3.8 A solução proposta contempla todas as etapas necessárias para assegurar a implantação de um espaço público adequado, seguro e funcional, destinado à prática de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde, do lazer e da integração social da comunidade do Distrito Tupã, em consonância com o interesse público e com os princípios da eficiência e da adequada aplicação dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21 e Art. 30 IV, do Decreto Municipal nº 09/2024)

4.1 A contratação deverá ser realizada com empresa legalmente constituída e com capacidade técnica e operacional compatível com a execução de obras de engenharia civil, especialmente voltadas à construção de edificações e estruturas esportivas, observando-se





integralmente a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, bem como as normas técnicas aplicáveis;

4.2 A execução da obra deverá ocorrer sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com acompanhamento técnico permanente e emissão das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica, conforme a legislação profissional aplicável;

4.3 A licitante deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como atender às exigências de idoneidade e inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública, assegurando a legalidade e a segurança jurídica do certame;

4.4 Será exigida a comprovação de registro e quitação da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao CREA ou CAU, conforme a natureza das atividades, nos termos da legislação profissional aplicável;

4.5 Deverá ser comprovada a aptidão técnica por meio da apresentação de certidões de acervo técnico e atestados de capacidade técnica que demonstrem experiência prévia na execução de obras ou serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto, garantindo que a empresa detenha conhecimento técnico compatível com a complexidade da intervenção prevista no local onde será realizada a obra;

4.6 A empresa deverá demonstrar capacidade operacional compatível com o porte e a complexidade da obra, incluindo disponibilidade de equipe técnica qualificada, equipamentos, ferramentas, maquinários e infraestrutura mínima necessária para a adequada execução dos serviços previstos nos projetos e memoriais descritivos;

4.7 Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas integrantes do processo, garantindo plena compatibilidade entre o planejamento técnico e a execução física da obra;

4.8 Os materiais, sistemas construtivos e métodos empregados deverão atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, às legislações urbanísticas, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes, assegurando padrões adequados de qualidade, durabilidade, desempenho e segurança da edificação ao longo de seu ciclo de vida;

4.9 A execução da obra deverá contemplar a adoção de medidas de saúde e segurança do trabalho, incluindo atendimento às Normas Regulamentadoras aplicáveis, organização adequada do canteiro de obras, sinalização das áreas de trabalho, controle de riscos operacionais e adoção de práticas que garantam a integridade física dos trabalhadores e da comunidade local, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e demais licenças e manifestações ambientais necessárias e legislação correlata;

4.10 A contratada deverá assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como a implementação de medidas de controle de poeira, ruídos, organização do canteiro de obras e prevenção de acidentes, em conformidade com a legislação vigente;

4.11 Os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas dos projetos e memoriais descritivos,





sendo vedada a utilização de materiais reaproveitados, de procedência duvidosa ou que não atendam aos padrões mínimos de desempenho e durabilidade exigidos para obras públicas.;

4.12 A execução deverá contemplar a realização do controle tecnológico dos materiais e dos serviços, incluindo ensaios, testes e verificações necessárias à comprovação da qualidade da obra e ao atendimento aos parâmetros técnicos definidos nos documentos do projeto;

4.13 As especificações técnicas deverão ser interpretadas de forma funcional e baseada em desempenho, sendo vedada a indicação de marcas, modelos ou soluções exclusivas, garantindo ampla competitividade e igualdade de condições entre os possíveis interessados;

4.14 A Administração adotará parâmetros descritivos, objetivos e compatíveis com as práticas correntes da engenharia civil, assegurando a adequada caracterização do objeto e a ampla participação de empresas aptas à execução do empreendimento;

4.15 A obra deverá observar integralmente os projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e demais disciplinas técnicas, garantindo a correta execução de todos os elementos construtivos necessários à implantação da Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, no Município de Brasnorte/MT;

4.16 A contratação deverá contemplar a capacidade da empresa em executar a obra conforme o cronograma físico-financeiro, assegurando a adequada sequência construtiva, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao empreendimento;

4.17 Deverão ser observadas boas práticas de sustentabilidade, uso racional de recursos, redução de desperdícios, manejo adequado dos resíduos, cumprimento integral do Plano de Gerenciamento de Resíduos, mitigação de impactos ao solo e à vegetação local, além de medidas de prevenção de acidentes;

4.18 A execução deverá atender a exigência de adoção de práticas de sustentabilidade e gestão adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais aplicáveis, considerando desde a implantação até eventuais intervenções futuras;

4.19 A empresa deverá possuir condições técnicas e administrativas para interação eficiente com a fiscalização da Administração, permitindo o acompanhamento sistemático da execução dos serviços, a verificação da qualidade dos materiais empregados e o controle das etapas da obra;

4.20 A execução da obra deverá observar rigorosamente as dimensões, implantação e características construtivas estabelecidas nos projetos executivos, garantindo plena compatibilidade entre o projeto e a execução física da quadra poliesportiva, assegurando funcionalidade, segurança, acessibilidade e conforto aos usuários;

4.21 Todas as atividades deverão ser executadas em conformidade com os projetos aprovados, memoriais descritivos e demais peças técnicas, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização formal da fiscalização da Administração;

4.22 Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a contratação resulte na entrega de infraestrutura esportiva funcional, segura, acessível e adequada às necessidades da comunidade do





Distrito Tupã, contribuindo para a promoção do esporte, do lazer, da convivência social e da melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar e com o Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, financiado com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002 destinada ao Município de Brasnorte/MT;

4.23 A execução da obra deverá observar rigorosamente as dimensões, áreas externas e organização espacial estabelecidas nos projetos executivos, memoriais descritivos, plantas arquitetônicas e demais peças técnicas aprovadas, garantindo plena compatibilidade entre o projeto e a execução física da infraestrutura esportiva;

4.24 O empreendimento será implantado em lote com área total aproximada de 2.200,00 m², devendo ser executado de forma a assegurar adequada organização dos espaços, funcionalidade das áreas esportivas e integração com os ambientes de circulação e áreas livres, atendendo aos critérios de segurança, acessibilidade, conforto dos usuários e eficiência de uso do espaço público;

4.25 A área destinada à Quadra Poliesportiva possuirá aproximadamente 600,00 m², devendo ser executada conforme especificações técnicas do projeto arquitetônico e estrutural, contemplando dimensões adequadas à prática de modalidades esportivas coletivas, tais como futsal, voleibol e basquetebol, observando-se padrões técnicos de demarcação esportiva, nivelamento do piso, resistência estrutural, drenagem superficial e demais requisitos necessários ao pleno funcionamento da instalação esportiva;

4.26 A implantação da quadra deverá considerar a correta orientação, nivelamento do terreno, sistema de drenagem, preparo do subleito e execução da base estrutural do piso, garantindo durabilidade, desempenho estrutural e segurança para os usuários ao longo do ciclo de vida da edificação;

4.27 O projeto também contempla a existência de áreas verdes e espaços livres, totalizando aproximadamente 630,00 m², destinadas à integração paisagística do empreendimento, melhoria das condições ambientais do espaço público e promoção de áreas de convivência para a comunidade. Essas áreas deverão ser preservadas ou implantadas conforme o projeto paisagístico, assegurando adequado manejo da vegetação, drenagem do solo e integração com os acessos e circulações externas;

4.28 Além das áreas esportivas e ambientais, deverão ser observadas as áreas de circulação, acessos e demais espaços de apoio, garantindo fluxo adequado de usuários, acessibilidade universal e atendimento às normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT relacionadas à acessibilidade, segurança e edificações esportivas;

4.29 Todas as dimensões, metragens, níveis, implantações e compartimentações descritas deverão ser executadas em estrita conformidade com os projetos executivos, detalhamentos arquitetônicos, memoriais descritivos e demais peças técnicas integrantes do processo de contratação, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização formal da fiscalização da Administração;

4.30 A contratada será integralmente responsável por assegurar a plena aderência entre a execução da obra e as áreas especificadas nos projetos técnicos, garantindo desempenho estrutural, funcionalidade, segurança, acessibilidade e durabilidade da infraestrutura esportiva, em consonância com os objetivos do empreendimento e com o interesse público;



4.31 A execução deverá assegurar que a Quadra Poliesportiva do Distrito Tupã seja entregue em condições adequadas de uso, proporcionando espaço público seguro, funcional e apropriado para a prática de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para o desenvolvimento social, a promoção do lazer e a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Brasnorte/MT;

4.32 A execução da quadra deverá contemplar:

- I. **Sistema de preparação do terreno e infraestrutura de base**, incluindo limpeza da área, escavação, regularização do subleito, compactação do solo e execução das camadas estruturais necessárias ao suporte do piso esportivo;
- II. **Sistema de drenagem superficial e escoamento de águas pluviais**, garantindo adequado escoamento da água e evitando acúmulo ou infiltrações que possam comprometer a durabilidade da estrutura ou a segurança dos usuários;
- III. **Execução do piso esportivo**, conforme especificações técnicas do projeto, assegurando superfície regular, antiderrapante, resistente ao desgaste e adequada às práticas esportivas previstas;
- IV. **Demarcação esportiva oficial**, conforme normas técnicas aplicáveis às modalidades previstas, garantindo organização das atividades esportivas e correta utilização do espaço;
- V. **Sistema de cercamento ou proteção lateral**, quando previsto em projeto, com utilização de alambrados ou estruturas equivalentes, destinados à proteção dos usuários, controle de circulação e preservação do espaço esportivo;
- VI. **Áreas de circulação e acessos**, garantindo fluxo seguro e organizado de usuários, com observância das normas de acessibilidade, especialmente as diretrizes da **ABNT NBR 9050**, assegurando condições adequadas de uso para pessoas com mobilidade reduzida.

4.33 O projeto também contempla a implantação de **área verde aproximada de 630,00 m²**, destinada à integração paisagística do empreendimento, melhoria das condições ambientais do espaço público e criação de ambiente de convivência comunitária. Essas áreas deverão ser preservadas ou implantadas conforme o projeto paisagístico, garantindo adequado manejo da vegetação, drenagem do solo e integração com os acessos e áreas de circulação;

4.34 A implantação do empreendimento deverá considerar ainda os **espaços livres, recuos, acessos e demais áreas externas**, de forma a garantir adequada utilização do lote, organização do espaço público e compatibilidade com as condições urbanísticas do local;

4.35 A contratada será integralmente responsável por assegurar a plena aderência entre a execução da obra e as áreas especificadas nos projetos técnicos, garantindo desempenho estrutural, funcionalidade, segurança, acessibilidade e durabilidade da infraestrutura esportiva;

4.36 A execução deverá assegurar que a **Quadra Poliesportiva do Distrito Tupã** seja entregue em condições adequadas de uso, proporcionando **espaço público seguro, funcional e apropriado para a prática de atividades esportivas e recreativas**, contribuindo para a promoção do

esporte, do lazer, da convivência social e da melhoria da qualidade de vida da população do Município de Brasnorte/MT.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 V, do Decreto Municipal nº 09/2024.)

5.1 A execução do objeto deverá ocorrer em estrita conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação;

5.2 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à execução da obra, observando as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislações urbanísticas, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis;

5.3 A execução do objeto deverá ocorrer de forma integral, contínua e planejada, compreendendo todas as etapas necessárias à completa finalização da obra, desde os serviços preliminares até a entrega final em condições plenas de uso, observadas as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis;

5.4 A execução da obra deverá seguir estritamente os projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos e demais documentos técnicos fornecidos pela Administração, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização formal do fiscal do contrato;

5.5 A contratada deverá realizar a mobilização inicial do empreendimento, compreendendo a instalação do canteiro de obras, disponibilização de equipe técnica responsável, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários para o início das atividades, observando as condições de segurança, organização e sinalização do local;

5.6 A execução da obra deverá seguir metodologia construtiva compatível com as boas práticas da engenharia civil, respeitando a sequência lógica das etapas previstas no cronograma físico-financeiro;

5.7 As atividades deverão contemplar, entre outras, a preparação do terreno, execução da infraestrutura, estruturas, pavimentação da quadra, instalações complementares, acabamentos e demais elementos necessários à plena funcionalidade da quadra poliesportiva;

5.8 Todos os materiais empregados na execução da obra deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas nos projetos e memoriais descritivos, além de apresentar comprovação de qualidade, rastreabilidade e atendimento às normas técnicas;

5.9 A contratada deverá assegurar a disponibilidade de equipamentos e maquinários adequados à execução dos serviços, garantindo produtividade, segurança e qualidade da obra;

5.10 A contratada deverá realizar o controle tecnológico dos materiais e dos serviços executados, incluindo ensaios, testes e verificações necessários para comprovar a qualidade da obra e o atendimento aos parâmetros técnicos definidos nos documentos do projeto, garantindo desempenho estrutural, durabilidade e segurança da edificação;





5.11 A metodologia de execução deverá estar alinhada às boas práticas de engenharia, às normas da ABNT e às recomendações técnicas aplicáveis, contemplando controle tecnológico dos serviços e materiais, ensaios, testes e verificações necessários à garantia da qualidade e durabilidade da obra;

5.12 Não serão aceitas soluções improvisadas, materiais inferiores ou alterações sem prévia autorização;

5.13 A contratada é responsável pela instalação de canteiro, tapumes, sinalização, sanitários, área de estocagem e demais estruturas provisórias necessárias;

5.14 A contratada deverá assegurar conformidade com as normas da ABNT, NR's aplicáveis, normas do Sistema CONFEA/CREA e regulamentações ambientais pertinentes, mantendo controle tecnológico permanente sobre os materiais e etapas produtivas;

5.15 A execução deverá ocorrer sob responsabilidade técnica legalmente habilitada, assegurando que a obra atenda às finalidades públicas previstas, aos parâmetros de qualidade, segurança e funcionalidade, bem como aos compromissos assumidos no Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002;

5.16 A contratada é responsável pela qualidade da obra, pelos danos decorrentes de sua atuação, pela guarda de materiais, pela observância das normas técnicas e legais e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive ambientais e de segurança;

5.17 Responde integralmente por eventuais irregularidades técnicas, má execução, atrasos injustificados ou danos ao patrimônio público;

5.18 A execução da obra de construção da **Quadra Poliesportiva ocorrerá no Município de Brasnorte/MT, no Distrito Tupã**, nas coordenadas geográficas Latitude 12°47'55" S e Longitude 58°04'49" O, localizada especificamente na Avenida Porto Alegre, esquina com a Rua São Paulo, Quadra 14, conforme indicado no croqui de localização anexo:





Imagem 1 – Localização da área para **CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA TUPÃ**. Latitude: 12°47'55"S / Longitude: 58°04'49"O.

5.19 O recebimento provisório será realizado **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis** após a comunicação formal de conclusão da obra pela contratada, mediante vistoria técnica efetuada pela equipe designada pela Administração. Nessa etapa, serão verificadas a conformidade da execução com os projetos, especificações e normas aplicáveis, bem como identificadas eventuais pendências ou ajustes necessários para a conclusão integral dos serviços;

5.20 O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento provisório, período durante o qual a Administração realizará avaliações complementares, testes operacionais e conferências finais para assegurar o pleno atendimento às exigências técnicas do contrato. Constatada a inexistência de irregularidades ou pendências, a obra será formalmente aceita em caráter definitivo;

5.21 O recebimento definitivo será emitido após o prazo de observação definido pela Administração, condicionado à inexistência de pendências, patologias ou não conformidades, bem como à entrega do as built *(documentação final que registra as alterações feitas em um projeto de*



construção após a sua execução, garantindo a compatibilidade entre o projeto executivo e a obra real. Essa entrega é composta por diagramas, relatórios e desenhos atualizados, que incluem detalhes sobre mudanças na localização de instalações elétricas e estruturais, sendo essencial para a manutenção, futuras reformas e conformidade da obra), manuais e demais documentos técnicos obrigatórios.

5.22 O prazo global para execução da obra será de até 150 (cento e cinquenta) dias corridos, conforme previsto no ETP, devendo ser rigorosamente observado o cronograma físico-financeiro aprovado, admitindo-se ajustes apenas mediante justificativa técnica formalmente aceita pela Administração;

5.23 Concluída a execução da obra, será realizado o **recebimento provisório** do objeto pela fiscalização da Administração, mediante vistoria técnica destinada à verificação da conformidade dos serviços executados. Após o período de observação e a verificação de que não existem pendências ou defeitos construtivos, será efetuado o **recebimento definitivo**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;

5.24 A execução contratual pressupõe a mobilização adequada e compatível de equipe técnica, mão de obra operacional, equipamentos, ferramentas, materiais e insumos, em quantidade e qualidade suficientes para atender às etapas da obra, conforme metodologia executiva definida nos projetos e memoriais;

5.25 A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por representantes designados pela Administração Municipal, que terão livre acesso ao canteiro de obras para verificação das atividades executadas, conferência de materiais empregados e acompanhamento do cumprimento do cronograma estabelecido;

5.26 Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços ou utilização de materiais em desacordo com as especificações técnicas, a contratada deverá promover, às suas expensas, a correção ou substituição imediata dos elementos comprometidos, sem prejuízo ao prazo global da obra;

5.27 A contratada deverá atender prontamente às solicitações, apresentar relatórios periódicos, registrar diário de obra e disponibilizar medições mensais conforme evolução física;

5.28 O fiscal poderá determinar correções, ajustes, interrupções preventivas e reexecução de etapas sempre que identificar desconformidades;

5.29 Toda intercorrência, necessidade de ajuste, solicitação de substituição de material, alteração de metodologia ou ocorrência de risco deverá ser imediatamente comunicada ao fiscal;

5.30 A ausência de comunicação não exime a contratada de responsabilidade;

5.31 A contratada deverá corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, qualquer serviço executado em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou padrões de qualidade;

5.32 A Administração poderá rejeitar integral ou parcialmente serviços que não atendam ao desempenho esperado;

5.33 A obra deverá ser executada observando-se medidas de segurança do trabalho, proteção coletiva, uso de EPIs, controle de resíduos, mitigação de impactos ambientais e manutenção da limpeza e organização do canteiro;



5.34 A contratada é responsável pela integridade do local, dos trabalhadores e de terceiros, bem como pela adoção de rotinas que assegurem continuidade operacional e mitigação de riscos;

5.35 Eventuais ajustes, correções ou adequações técnicas identificadas durante a execução deverão ser previamente submetidos à análise e anuência da fiscalização, sem descaracterizar o objeto contratado;

5.36 Toda comunicação relevante relacionada à execução do contrato deverá ser formalizada por escrito;

5.37 A execução contratual deverá contemplar a gestão adequada dos resíduos da construção civil, observando-se as normas ambientais vigentes e as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo destinação ambientalmente adequada ao longo do ciclo de vida do objeto;

5.38 A contratada deverá atender imediatamente às determinações da Administração para suspender, ajustar ou adequar a execução em caso de riscos identificados, incompatibilidades técnicas ou necessidade de alteração de cronograma;

5.39 Eventuais reequilíbrios serão analisados conforme legislação, mediante comprovação detalhada;

5.40 A execução contratual deverá manter alinhamento com o cronograma físico-financeiro, indicadores de desempenho, critérios de medição e etapas definidas no planejamento da contratação, garantindo previsibilidade, eficiência e controle contínuo dos resultados;

5.41 A contratada será integralmente responsável pela execução da obra até sua entrega definitiva, garantindo que a infraestrutura esportiva seja concluída em condições adequadas de funcionamento, segurança e qualidade, assegurando que a **Quadra Poliesportiva do Distrito Tupã** seja disponibilizada à população como espaço público apropriado para atividades esportivas, recreativas e de convivência social;

5.42 O presente Modelo de Execução Contratual estabelece as condições essenciais para o adequado desenvolvimento da obra, garantindo previsibilidade, controle, segurança jurídica e alinhamento ao interesse público, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar e os princípios que regem as contratações públicas.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 Em decorrência do objeto da contratação será exigida garantia contratual;

6.2 Para a execução de contrato objeto desta Licitação será exigida de garantia de execução no percentual de 5% nos termos do art. 96 ss da Lei 14133/2021;

6.3 Na prestação da garantia de execução caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado



pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

6.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

6.5 A Contratada deverá apresentar a garantia de execução no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, quando optar pela modalidade seguro garantia;

6.6 Caso opte pela prestação de garantia prevista nos incisos I ou III do item 6.3., deverá prestá-la no prazo de 10 (dez) dias, contado da homologação e antes da assinatura do contrato;

6.7 Quando a garantia prestada for na modalidade de seguro-garantia o objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, com observância do seguinte:

- I. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- II. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

6.8 A Garantia de execução será prestada junto a Contratante, antes da assinatura do contrato, com anuência do fiscal de contrato e secretário demandante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21 Art. 30 VI do Decreto Municipal nº 09/2024)

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), nomeado pela portaria nº 078/2025;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE





SUBSTITUTO	JEFERSON PEREIRA DA SILVA
CPF:	027.***.***-00
MATRÍCULA	6352
TITULAR	FELIPE COLOMBO CECHINI
CPF:	392.***.***-64
MATRÍCULA	4779
GESTOR(A)	AGMAR ANTONIO DE CARVALHO

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput):

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento por menor preço conforme descritos no item **2.2**, com fundamento na hipótese do **art. 6, inciso XXXVIII, a)** da Lei nº 14.133/2021;

8.2 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (conselho de Arquitetura e urbanismo) em plena validade;

8.4 Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

8.5 A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução dos serviços análogos ao ora licitado;

8.6 Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- I. Nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, endereço completo da obra, data de início e conclusão da obra, nome e título do(s) responsável(is) técnico(s), n.º do CREA/CAU do(s) responsável(is) técnico(s), descrição dos serviços executados e suas quantidades, número da ART/RRT e número do contrato ou documento equivalente que tenha gerado a obra;
- II. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;
- III. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

PARA O ENGENHEIRO CIVIL:





8.7 responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

8.8 No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

8.9 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia;

VISTORIA DA OBRA:

8.10 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

8.11 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante:

- a) O Licitante poderá a seu critério realizar ou não visita técnica no local da obra, sendo recomendado o conhecimento do local;
- b) O licitante que optar por realizar a visita técnica, deverá apresentar DECLARAÇÃO assinada pelo responsável legal da empresa de que conhece o local onde serão executados os serviços, tendo pleno conhecimento das condições e da natureza dos serviços a que se propõe, sendo recomendada a juntada da declaração nos autos do processo licitatório;
- c) O licitante que optar por não realizar a Visita Técnica, deverá emitir uma DECLARAÇÃO, de que conhece todas as condições existentes inerente a execução do Objeto, tornando-se responsável por todos os ônus que vierem a ocorrer pelo não conhecimento prévio do local, assumindo que tem totais condições de realizar/executar os serviços ora pretendidos, sem prejuízo algum na sua efetiva execução, sendo recomendada a juntada da Declaração nos autos do processo licitatório;
- d) A licitante não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo ao serviço;
- e) O Licitante poderá solicitar informações do projeto com a equipe técnica mediante protocolo no e-mail licitacao@brasnorte.mt.gov.br do setor de Licitações.





8.12 Atender integralmente à municipalidade, em conformidade com o **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, sendo exigida a execução mínima de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de paredes previstas, abrangendo as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto da licitação. Tal percentual encontra-se devidamente definido e assegurado nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

8.13 A empresa participante do certame deverá comprovar à Capacitação Técnico-Operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante e Comprovação Da Capacitação Técnico-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(art. 92, V e VI, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1.1 A medição dos serviços executados no âmbito da obra de **construção da Quadra Poliesportiva no Distrito Tupã, no Município de Brasnorte/MT**, será realizada com base na verificação física das etapas efetivamente concluídas, observando rigorosamente as especificações constantes nos projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e com as premissas definidas no Estudo Técnico Preliminar;

9.1.2 Os serviços serão medidos conforme a execução real das atividades previstas, sendo considerados para fins de aferição apenas os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização da Administração. A verificação das medições deverá considerar parâmetros técnicos de qualidade, conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, adequação às especificações do projeto e atendimento às condições contratuais estabelecidas. A unidade de medida adotada para cada item será aquela prevista na planilha orçamentária do empreendimento, podendo compreender unidades como metro quadrado, metro linear, unidade, conjunto ou percentual de execução, conforme a natureza dos serviços;

9.1.3 As medições deverão ocorrer preferencialmente de forma **mensal**, ou conforme o avanço físico da obra, respeitando o cronograma físico-financeiro aprovado. Para cada medição, a contratada deverá apresentar relatório detalhado contendo a discriminação dos serviços executados no período, memória de cálculo



dos quantitativos, registros fotográficos atualizados da obra, boletim de medição, diário de obra atualizado e demais documentos técnicos que permitam comprovar a execução das atividades. Sempre que necessário, poderão ser exigidos também laudos técnicos, ensaios laboratoriais e relatórios de controle tecnológico dos materiais empregados, especialmente em serviços estruturais ou de pavimentação da quadra;

9.1.4 A fiscalização designada pela Administração Municipal será responsável por analisar os documentos apresentados, realizar vistoria técnica no local da obra e verificar a compatibilidade entre os quantitativos informados e os serviços efetivamente executados. Constatada a conformidade das informações, a medição será aprovada para fins de processamento do pagamento correspondente. Caso sejam identificadas inconsistências, divergências ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias antes da validação da medição;

9.1.5 Não serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços que apresentarem falhas de execução, utilização de materiais inadequados ou não conformidade com os projetos e normas técnicas aplicáveis. Nesses casos, a contratada deverá proceder às devidas correções ou substituições, sem qualquer ônus adicional para a Administração, até que seja comprovada a adequação dos serviços executados;

9.1.6 A metodologia de medição adotada tem por objetivo assegurar transparência, rastreabilidade e controle efetivo da execução contratual, garantindo que os pagamentos realizados pela Administração correspondam exclusivamente aos serviços devidamente executados, verificados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e adequada aplicação dos recursos públicos;

9.1.7 Referência de Unidades de Medição

Etapas / Serviço	Unidade de Medida	Método de Verificação	Documento Comprobatório
Preparação do terreno e serviços preliminares	m ² ou %	Conferência física da área executada	Boletim de medição, registro fotográfico e diário de obra
Infraestrutura e base da quadra	m ² ou m ³	Verificação dimensional e conferência de materiais	Relatório técnico e controle tecnológico
Execução do piso da quadra poliesportiva	m ²	Conferência da área executada e nivelamento	Relatório de execução, fotos e inspeção técnica
Demarcação esportiva	m ² ou conjunto	Verificação visual e conferência com projeto	Registro fotográfico e relatório da fiscalização
Instalações complementares (alambrado, drenagem, iluminação, quando aplicável)	unidade ou m	Conferência física e funcionalidade dos sistemas	Relatório técnico e vistoria da fiscalização
Serviços finais e acabamento	% da etapa	Inspeção técnica e verificação de conformidade	Termo de vistoria e boletim de medição

9.2 RECEBIMENTO



9.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega deverá constar todo o escopo da prestação dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

9.2.2 A prestação dos serviços ocorrerá conforme cronograma definido entre as partes, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.2.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3 FORMA DE PAGAMENTO

9.3.1 O **pagamento será realizado através de ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

9.3.2 Adicionalmente, o boleto para pagamento também poderá ser encaminhado para o endereço pré-estabelecido, conforme ciclo e vencimento determinados para o contrato;

9.3.3 O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas neste instrumento serão verificadas pela área administrativa da Prefeitura Municipal de Brasnorte;

9.3.4 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato;

9.3.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4 PRAZO DE PAGAMENTO





9.4.1 O pagamento à contratada será realizado **conforme medições**, condicionado à **entrega dos serviços devidamente executados**, à **apresentação da respectiva nota fiscal** e ao **atesto da fiscalização**, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.2 A medição considerará os serviços efetivamente prestados no período, não sendo devido qualquer pagamento antecipado;

9.4.3 O prazo para liquidação e pagamento obedecerá às normas financeiras e orçamentárias do Município de Brasnorte, observados os prazos estabelecidos na legislação aplicável;

9.4.4 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa;

9.4.5 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9.5 LIQUIDAÇÃO

9.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação;

9.5.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.5.4 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.5 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;





b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.5.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

9.5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.5.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

9.5.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.5.11 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

9.5.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100) / 365$ $I = 0,00016438$ Onde

i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.5.13 Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito desta Administração Pública, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e





formas de suas exigibilidades, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1 Para fins de rastreabilidade contábil e atendimento ao controle interno e externo, registra-se a necessidade de indicação completa do elemento de despesa correspondente, incluindo código orçamentário integral, ação, programa e fonte de recurso, conforme planejamento financeiro da Secretaria demandante;

10.2 O cronograma financeiro observará a Programação Financeira do respectivo exercício orçamentário da Secretaria demandante. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA, no âmbito da(s) Secretaria(s) Municipal mencionada(s) abaixo, com previsão de execução no exercício de 2026 nos termos da legislação vigente;

10.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação Programática:

✓ **Secretaria Municipal de Esporte;**

Programática:

Dotação: 10.002.27.812.0011.10120.4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021)

11.1 Compete à Contratante, no âmbito de suas atribuições legais e administrativas, adotar todas as providências necessárias para assegurar a adequada execução do objeto contratado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Estudo Técnico Preliminar e com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato a seguir:

11.2.27 Cabe à Administração promover a publicação do edital e dos atos correlatos, garantindo a ampla publicidade, transparência e legalidade do procedimento licitatório;

11.2.28 É obrigação da Contratante fornecer à contratada todas as informações técnicas, projetos, memoriais descritivos, especificações, autorizações e demais documentos indispensáveis ao correto entendimento e execução da obra, bem como assegurar o acesso regular ao local de execução dos serviços, adotando as medidas necessárias para viabilizar a mobilização e o desenvolvimento das atividades contratadas;

11.2.29 Quando aplicável, deverá disponibilizar as condições mínimas de infraestrutura sob sua responsabilidade, compatíveis com a execução do objeto;

11.2.30 A Contratante deverá designar formalmente fiscal ou comissão de fiscalização do contrato, responsável pelo acompanhamento sistemático da execução, verificação da conformidade dos serviços com os projetos e especificações, análise das medições apresentadas e registro de ocorrências relevantes;



11.2.31 Compete-lhe analisar, validar ou rejeitar as medições, relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios apresentados, promovendo os ajustes necessários sempre que identificadas inconsistências ou inconformidades;

11.2.32 É dever da Administração proceder à análise e manifestação tempestiva sobre solicitações técnicas, pedidos de esclarecimento, ajustes ou adequações decorrentes da execução contratual, assegurando a continuidade dos serviços e evitando paralisações indevidas;

11.2.33 Também deverá formalizar os atos de recebimento provisório e definitivo da obra, após as verificações técnicas cabíveis, observados os prazos e critérios estabelecidos no contrato;

11.2.34 A Contratante deverá garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas decorrentes do contrato, promovendo os pagamentos devidos dentro dos prazos pactuados, desde que atendidas as condições de medição, ateste e aceitação dos serviços;

11.2.35 Compete-lhe, ainda, adotar as providências administrativas e legais necessárias em caso de descumprimento contratual, aplicando as sanções previstas, quando cabíveis, sempre mediante motivação e observância do devido processo legal;

11.2.36 Incumbe à Contratante zelar pelo fiel cumprimento das condições contratuais, pelo atendimento às exigências do **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, e pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, assegurando que a contratação alcance os resultados pretendidos e produza benefícios efetivos à coletividade;

11.2.37 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

11.2.38 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

11.2.39 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.2.40 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;

11.2.41 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.2.42 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;



11.2.43 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.2.44 Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;

11.2.45 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.2.46 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;

11.2.47 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.2.48 Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contento;

11.2.49 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.2.50 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.2.51 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.2.52 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei nº 14.133/2021)

12.1 Compete à contratada executar integralmente o objeto contratado, de forma eficiente, segura e contínua, em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o contrato, observando rigorosamente os prazos, padrões de qualidade e requisitos técnicos estabelecidos, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo as obrigações a seguir dispostas:

11.1.27 É obrigação da contratada disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à perfeita execução da obra, assegurando que os materiais empregados



sejam novos, de boa procedência e compatíveis com as normas técnicas vigentes, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as exigências de desempenho, durabilidade e segurança previstas para edificações públicas;

11.1.28 A contratada deverá cumprir integralmente a legislação aplicável à execução de obras de engenharia, incluindo normas técnicas, ambientais, urbanísticas, sanitárias e de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela adoção de medidas preventivas e corretivas destinadas à preservação da integridade física dos trabalhadores, de terceiros e do patrimônio público e privado, bem como pelo correto gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução;

11.1.29 Constitui obrigação da contratada responder integralmente por quaisquer danos, vícios, falhas, imperfeições ou desconformidades decorrentes da execução dos serviços, promovendo, às suas expensas, as correções, substituições, adequações ou retrabalhos necessários, sempre que constatados pela fiscalização ou verificados no curso do recebimento provisório ou definitivo da obra;

11.1.30 A contratada deverá manter comunicação formal, clara e tempestiva com a Administração, informando imediatamente a ocorrência de fatos relevantes, intercorrências técnicas, riscos à execução, atrasos ou situações que possam comprometer o cumprimento do contrato, submetendo previamente à análise da fiscalização quaisquer propostas de ajustes ou adequações técnicas;

11.1.31 É dever da contratada manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, inclusive no que se refere à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e à habilitação técnica de seus responsáveis legais e técnicos, comunicando prontamente à Administração qualquer alteração que possa impactar essas condições;

11.1.32 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, registros fotográficos, laudos, ensaios, documentos de controle tecnológico, medições e demais evidências necessárias à comprovação da correta execução dos serviços e ao acompanhamento da evolução física da obra, cooperando integralmente com a fiscalização designada pela contratante;

11.1.33 Todas as despesas operacionais inerentes à execução do objeto, tais como mobilização, desmobilização, hospedagens, alimentação, transporte de equipes, transporte de materiais, consumo de insumos, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e securitários, bem como custos indiretos necessários à execução da obra, correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração;

11.1.34 Fornecer toda a mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos e estruturas provisórias necessários à execução integral do objeto, garantindo desempenho e durabilidade compatíveis com as normas da ABNT e requisitos do Sistema CONFEA/CREA;





11.1.35 Assegurar o cumprimento irrestrito das legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis, incluindo normas regulamentadoras de segurança do trabalho, ambientais e de responsabilidade técnica;

11.1.36 Responder por quaisquer danos causados ao patrimônio público, privado ou ao meio ambiente, decorrentes de atos ou omissões na execução dos serviços, adotando de imediato as ações corretivas necessárias;

11.1.37 Realizar correções, substituições e retrabalhos, às suas expensas, sempre que houver desconformidades, falhas, vícios ou serviços executados em desacordo com os padrões exigidos, independentemente da etapa em que forem identificados;

11.1.38 Cumprir os prazos contratuais, assegurar a continuidade dos serviços e manter ritmo compatível com o cronograma aprovado, informando previamente qualquer ocorrência que possa comprometer a execução;

11.1.39 Manter atualizadas todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência contratual, incluindo registros profissionais, certidões, atestados e documentos obrigatórios;

11.1.40 Disponibilizar documentos, relatórios, registros fotográficos, diário de obra, notas de controle tecnológico e demais evidências de execução sempre que solicitados pela fiscalização ou autoridade competente;

11.1.41 Cooperar integralmente com os agentes de fiscalização designados, garantindo acesso irrestrito ao canteiro, fornecendo informações precisas e acatando determinações técnicas;

11.1.42 Custear todas as despesas operacionais que lhe sejam atribuídas, incluindo mobilização, canteiro, equipamentos, transporte, armazenamento, segurança, sinalização, resíduos e demais encargos inerentes à execução;

11.1.43 Manter ambiente de trabalho seguro, organizado e sinalizado, adotando medidas preventivas, uso de EPIs e práticas que preservem integridade física dos trabalhadores e das operações do local;

11.1.44 A contratada deverá executar o objeto de forma a assegurar a entrega da obra em plenas condições de uso, funcionalidade e segurança, atendendo às finalidades públicas previstas, às exigências do **Plano de Ação nº 09032024-074297/2024, vinculado ao Programa nº 09032024, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202442970002**, e aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, garantindo a obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração Pública;

11.1.45 Em cumprimento ao **Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023**, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução





Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal;

11.1.46 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura;

11.1.47 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

11.1.48 Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município;

11.1.49 Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações;

11.1.50 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023;

11.1.51 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea "a" da resolução CGSN nº 140/2018;

11.1.52 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV, da Lei nº 14.133/2021)

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- IV. **Multa:**
 - 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 2. compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º);

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;





13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160);

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS E OBRIGAÇÕES

13.11 Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado na execução da obra, descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro ou inobservância das obrigações previstas neste Termo de Referência, serão aplicadas à contratada as medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o contraditório e a ampla defesa:

§1º. A ocorrência de atraso na execução, sem justificativa formal aceita pela Administração, poderá resultar em:

- I – **Notificação formal** para regularização imediata;
- II – **Determinação de reforço de equipe**, maquinário ou turnos, às expensas da contratada, quando necessário para recomposição do cronograma;





III – **Glosa proporcional da medição**, caso haja impacto na execução dos serviços já avaliados;

IV – **Aplicação de multas**, conforme previsto no edital e no contrato, proporcionais ao período de atraso e à gravidade da infração;

V – **Suspensão temporária da execução** até regularização das condições técnicas;

VI – **Execução da garantia contratual**, quando pertinente.

§2º. Persistindo o descumprimento ou caracterizando-se atraso que comprometa a entrega do objeto dentro do prazo definido, a Administração poderá, mediante processo administrativo:

I – **Rescindir unilateralmente o contrato**, nos termos do art. 137, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

II – **Aplicar penalidades de** advertência, multa, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade, conforme arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021;

III – **Adotar medidas emergenciais** para assegurar a continuidade do interesse público, incluindo contratação de empresa substituta às expensas da contratada inadimplente.

§3º. A contratada não poderá alegar desconhecimento das condições do local, dos projetos, das especificações técnicas ou do cronograma como justificativa para atrasos ou descumprimentos;

§4º. Apenas serão admitidas prorrogações de prazo nas hipóteses legais, mediante solicitação formal e motivada, comprovadamente vinculada às causas previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

§5º. A adoção das medidas previstas nesta cláusula, bem como a formalização de notificações, penalidades ou rescisão, será sempre devidamente motivada em processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.12 A Administração declara que todas as condições de execução, obrigações, prazos e parâmetros técnicos constam expressamente neste Termo de Referência, garantindo segurança jurídica ao gestor, ao fiscal e à autoridade responsável pela aprovação do documento.

Brasnorte-MT, 15 de abril de 2026.



EDITAL RETIFICADO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA ELETRONICA



BRASNORTE
PREFEITURA

Elaborado por:

Rodolfo Vieira da Silva

Setor de Compras

Matricula: 6364

Aprovado por:

Agmar Antônio de Carvalho

Secretário Municipal de Esportes

Portaria: 024/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

Rua Naor Ferrari, Nº 1080 | Centro | Brasnorte-MT | (66) 3592-3200

www.brasnorte.mt.gov.br



ANEXO XI

PROJETOS BASICO, PLANILHA ORCAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO,
CRONOGRAMA, E DEMAIS DOCUMENTOS PODEM SER ACESSADOS PELO
LINK ABAIXO

LINK PARA ACESSAR OS ARQUIVOS:

<https://drive.google.com/drive/folders/1JYhfukp6VCbMmTkiodL6YPkjqxhurmcn?usp=sharing>

